SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2023

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. l), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2022 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas;

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Senhores Deputados, muito boa noite.

Senhores do Público, muito boa noite também. Muito obrigado por terrem vindo.

E, então, começaríamos pelo Período de Antes da Ordem do Dia.

Há aqui uma pequena alteração a fazer. A Senhora Deputada Vera Faria pediu a sua substituição. Está aqui o Senhor Deputado Milton. Se o Plenário não se opuser podemos admiti-lo já, digamos assim e entra já em funções. Está certo?

Há aqui outro pedido de substituição, mas chegou tarde demais, que é da Senhora Deputada Carla Luzio. E parece que não haverá ninguém para a substituir. Portanto, justifico-lhe apenas a falta.

Então, o ponto n.º 1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023. Naturalmente, se calhar, alguns dos Senhores Deputados não esteve. Ai a chamada. Bem dizia eu que já tínhamos quórum. Faz favor Senhora Primeira Secretária. Muito obrigado, ó Senhor Deputado.

(*A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais*)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, quantos estamos? E quantos faltam?

A Senhora Primeira Secretária:

- Estamos 23. Falta ainda o Rui Costa (veio mais tarde), Jorge Abreu (veio mais tarde) Pedro Morais (veio mais tarde) e Ana Carla Luzio, com falta justificada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada, Senhora Deputada.

Então, podemos, agora, passar, de facto, ao ponto n.º 1 do Período de Antes da Ordem do Dia, que é Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023.

Portanto, são 62 páginas que esta ata contém. Os Senhores Deputados, naturalmente, leram. Gostaria de saber se há alguma consideração sobre ela. Não há?

Então, podemos pô-la a votação. Quem não esteve nesta sessão ordinária de 24 de fevereiro? Então, quem se abstêm? Duas abstenções dos Senhores Deputados Augusto Borges da Silva e Milton Pais Duarte. Quem vota contra? Então, está aprovada com 21 votos a favor.

Então, passaríamos ao ponto 2 - Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 22 de fevereiro de 2023, do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, informando que não estará presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal, agendada para o dia 24 de fevereiro de 2023;

- Ofício n.º 2386, datado de 12 de abril de 2023, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 27 de abril de 2023.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 02/2023, datado de 27 de fevereiro de 2023, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 24 de fevereiro de 2023;

- E-mail, datado de 27 de fevereiro de 2023, enviado à Ex.m.ª Senhora Presidente da CPCJ de Nelas, enviando, em anexo, minuta da ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 24 de fevereiro de 2023, com a designação dos Cidadãos Eleitores para a CPCJ de Nelas;

- Ofício n.º 03/2023, datado de 14 de abril de 2023, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão extraordinária de 25 de abril de 2023;

- Ofício n.º 04/2023, datado de 17 de abril de 2023, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 27 de abril de 2023.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É uma folhinha que vos foi enviada. Não sei se querem tecer algumas considerações sobre ela. Ninguém? Então, podemos passar adiante.

Ponto 3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.).

Antes de passarmos, concretamente, a este ponto, dois dias depois de eu ter assinado a Convocatória chegou-me um pedido, apresentado pelo Senhor António Minhoto, dizendo o seguinte:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, visto nos ter dado a honra de participar na Sessão Pública levada a cabo pelo Movimento Cívico do Concelho de Nelas e realizado no passado 24 sobre o funcionamento dos Serviços de Saúde do Concelho, sessão essa que debateu a

situação e do qual aprovou a Moção que se anexa, sendo a mesma subscrita por cerca de 200 Municipes.

Tendo em conta não só dar conhecimento da referida Moção a Vossa Excelência bem como solicitar que a mesma seja dado conhecimento aos Senhores Deputados, do qual esperamos aprovação da mesma, para assim reforçar todo empenho por Serviços de Saúde de qualidade, segue a mesma em anexo.

Com os melhores cumprimentos.

O Coordenador do Movimento Cívico do Concelho de Nelas, António Minhoto.

Esta Moção refere aqui na parte final que foi enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, aos Partidos com assento na Assembleia da República, ao Senhor Ministro da Saúde, à ARS do Centro, à ACES Dão, às Unidades de Saúde Familiar do Concelho, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas e aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Nelas.

Eu não sei se a Câmara Municipal já se pronunciou sobre esta Moção, ou não.

Eu posso ler a Moção, que só tem uma página.

MOÇÃO

A população do Concelho de Nelas, reunida em Sessão Pública convocada pelo Movimento Cívico do Concelho de Nelas, no da 24 de março de 2023, no Edifício Multiusos de Nelas, para debater a Importância do Funcionamento dos Serviços de Saúde, decidiu:

1 - Manifestar junto das Entidades responsáveis da Saúde (Ministério da Saúde, A.R.S.C. e ACES Dão) as suas legítimas preocupações sobre o funcionamento das Unidades de Saúde Familiar do Concelho, bem como a suspensão do funcionamento das Urgências Médicas do Centro de Saúde de Nelas – o que tem criado maior dificuldade no acesso aos Serviços de Saúde por parte dos Utentes deste Concelho.

2 - Manifestar junto do ACES Dão a celeridade na colocação do Técnico Administrativo e do Enfermeiro em falta na Unidades de Saúde Familiar Estrela do Dão, bem como a necessidade de a mesma ser contemplada com o Médico de Rotatividade nas baixas médicas dos respetivos Médicos – de forma a impedir a saturação de trabalho dos restantes Colegas, o que poderá levar ao cansaço e esgotamento dos mesmos, pondo em causa a sustentabilidade dos Serviços e prejudicando os Utentes nas suas consultas.

3 - Manifestar a importância das instalações do Centro e Saúde de Nelas – que, no passado serviram para internamento e, até, maternidade – estando hoje ao abandono, em prejuízo dos Utentes, quando poderia servir de retaguarda do Hospital de São Teotónio.

4 - Manifestar a importância da colocação de valências no Centro de Saúde que venham a beneficiar a população em geral.

5 - Manifestar a total disponibilidade da População do Concelho de Nelas para continuar a lutar pelos Direitos e Serviços atrás descritos, não se aceitando que a pandemia do COVID-19 continue a ser argumento para a retirada, nomeadamente, dos Serviços de Urgência.

6 - Mandatar o Movimento Cívico do Concelho de Nelas, que vem desenvolvendo o seu trabalho em prol da Saúde dos Utentes do Concelho desde 2005, para ser o representante da população na Comissão de Saúde do Concelho, conforme previsto na Lei.

Nelas, 24 de março de 2023.

É uma Moção. Fica à consideração do Plenário admiti-la, votá-la, naturalmente. Eu perguntava se alguém tem alguma objeção, se se quer inscrever, se quer fazer algum comentário

sobre a Moção, ou podemos votá-la já. Não há nenhuma intervenção sobre a Moção? Podemos admiti-la? Não? Faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhora Vereadora, Senhores Vereadores.

Senhoras e Senhores Deputados.

Estimado Público.

Senhor Presidente, uma retificação – Recomendações e Moções são apresentadas pelos Membros desta Assembleia. Este caso não é. É uma informação ao Senhor Presidente. A única coisa que temos é que ser informados.

Agora, se algum Elemento, alguma Deputada, algum Deputado, deste Plenário quiser assumir essa Moção, teremos que a votar. Agora, vindo uma Moção de fora, queira retificar. Mas isso no Regimento não pode ser.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Eu trago a Moção já depois de elaborada a Ordem de Trabalhos, dois dias depois. Se o Plenário entender, a Moção não é minha, só me foi entregue. Portanto, não admitida.

Então, passávamos, agora, efetivamente, às Informações, Pedidos de esclarecimento e Recomendações. Quem se quer inscrever? Temos uma hora para o fazer. Já ultrapassamos a Moção. Tem uma Moção para apresentar? Á, peço desculpa. Faz favor Senhor Deputado.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia.

Boa noite Senhor Presidente da Câmara.

Vereadores.

Membros da Mesa.

Caros Colegas.

Estimado Público.

Trago uma Moção sobre o 25 de Abril que passo a transcrever:

MOÇÃO

Comemora Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade, de uma intensa luta de massas dos trabalhadores, da juventude, do povo.

Comemorar Abril é assinalar e afirmar o Poder Local Democrático como uma das suas conquistas.

Celebrar Abril não se coaduna com iniciativas do Poder Local Democrático onde os partidos políticos são meras figuras de corpo presente e a sua voz enquanto legítimos representantes dos Nelenses é silenciada, ao mesmo tempo que as populações, actores principais da Revolução de 1974, não são envolvidas nas comemorações.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer a consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

Assim, a Assembleia Municipal de Nelas, reunida no dia 27 de abril de 2023, delibera:

1 - Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais e benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;

2 - Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmado Abril em cada dia de trabalho e de luta;

3 - Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;

4 - Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas;

5 - Exortar a que os órgãos representativos da Autarquia promovam um programa de iniciativas dirigidas às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do Concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações e o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

Nelas, 27 de Abril de 2023.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Eu sei que o Senhor Deputado não esteve nas Comemorações do 25 de Abril. Se calhar, esta Moção chega com dois dias de atraso, mas tem o direito de a apresentar. Não há problema nenhum.

Portanto, eu perguntava, em primeiro lugar, se todo o Plenário se associa a esta Moção, ou se é, exclusivamente, do Senhor Deputado. Associam-se ao espírito de Abril? Não? À Moção, não. Ó Senhor Deputado, faz favor, então.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, para que fique registado, associamo-nos ao espírito de Abril, com certeza e estivemos aqui presentes e tudo isso, sem problema nenhum.

Agora, quanto à Moção, não nos associamos à Moção. É da pessoa da Bancada do Partido Comunista Português, com as suas elações e tudo isso. Estivemos aqui. Fizemos o 25 de Abril.

Algumas coisas que estão retratadas na Moção não são, realmente, o que se passou aqui. Portanto, não me posso associar à Moção. Com o devido respeito e respeito-a.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, digamos que, quer intervir? Faz favor. Não.

Então, o Partido Socialista associa-se à Moção, ou não? Senhor Deputado António Borges, quer subir à Tribuna? Não. Então, pomos a votação. Com certeza. Eu percebi que sim. Percebi. Associa-se a esta Moção do Senhor Deputado João Paulo. Muito bem. Então, a Bancada do Partido Socialista associa-se. Sim. A Bancada da Coligação não, por aquilo que eu entendi. É isso? Muito bem.

Então, vamos pô-la a votação: Quem se abstém? Onze abstenções, dos Senhores Deputados Carlinda Loureiro, André Borges, João Alfredo Ferreira, Nuno Pereira, António Almeida, Eugénia Figueiredo, Tiago Fonseca, Daniel Marialva, Vitor Dias e Rui Costa. Quem vota contra? Três votos contra dos Senhores Deputados Pedro Renato Pinto, Jorge Abreu e António Silva Almeida. Então, a Moção foi aprovada com 13 votos a favor, 3 contra e 11 abstenções.

Então, podemos passar agora às informações, pedidos de esclarecimentos e recomendações. Pedia aos Senhores Deputados para se inscreverem. Estamos no ponto 1.3. Ainda têm uma Moção? Eu peço desculpa. Ai, um Voto de Pesar. Faz favor de vir à Tribuna.

O Senhor Deputado Milton Duarte:

- Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia.

Ex.mªs Senhoras Secretárias.

Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara.

Ex.m.ºs Senhora e Senhores Vereadores.

Ex.m.ºs Senhores Deputados Municipais.

Estimado Público.

VOTO DE PESAR DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Natural do Concelho de Nelas, mais propriamente de Santar, deixou-nos inesperadamente, na passada segunda-feira, dia 17 de abril, sem que ninguém o previsse, o Municipe Paulo Faria de Deus.

Paulão, era assim que era reconhecido e tratado por muitos e estou certo que é assim que continuará a ser lembrado.

Deixou em todos aqueles que lhe eram próximos, família e amigos, mas sobretudo na sua dócil filha Mafalda, de apenas 9 anos, a dor irreparável da sua tão repentina partida.

Sempre de sorriso na cara, brincalhão, constantemente disposto a colaborar, o Paulo era uma pessoa respeitada e admirada por tudo e por todos. Pelo seu trabalho, pela sua entrega, pelo seu empenho, pela sua dedicação, pelo amor e paixão que colocava em tudo aquilo que fazia.

Era, de uma forma indiscutível, daqueles que se aprende a gostar muito facilmente.

Com uma vida dedicada ao mundo do desporto, entre os cargos de jogador, diretor e agora treinador, o Paulo soube excelentemente representar e defender as cores dos quatro clubes de futebol existentes neste Concelho: o Sport Vale de Madeiros e Benfica, o Sporting Clube de Santar, o Sport Lisboa e Nelas e mais recentemente, ao serviço do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. Mas também enquanto representante destes quatro agentes desportivos, soube, durante a sua vida, honrar e contribuir para a elevação do nome do Concelho de Nelas e de cada uma das localidades em que estas Instituições estão inseridas.

É por isso, como forma de reconhecimento e homenagem ao Paulo, da sua mais elementar justiça, pela sua dedicação e entrega ao desporto neste Concelho, que proponho a aprovação de um Voto de Pesar por esta Assembleia Municipal.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, não havendo mais Moções, nem Votos de Pesar, não há mais nada, podemos, efetivamente, agora entrar no ponto 3. Então, Senhores Deputados, faz favor de se inscreverem para este Período. Já há bocadinho o Senhor Deputado João Paulo Guerra se tinha inscrito. Mais? Senhor Deputado Milton. Senhor Deputado João Alfredo Ferreira. Três inscrições. Não há mais? Muito bem. Senhor Deputado João Paulo, faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Ora, boa noite, mais uma vez.

Obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Câmara, recentemente, recebemos a visita da Senhora Ministra da Coesão Territorial, D.ª Ana Abrunhosa, a anunciar vários milhões de euros de apoio a empresas do Concelho. Ação que a Câmara Municipal esteve envolvida e fez questão de nos convidar.

Contudo, ficámos sem saber o seguinte: Quanto desse apoio vai ser atribuído a cada uma dessas empresas? Quais as contrapartidas para o Concelho que as empresas assumiram tendo em conta que vão receber dinheiros públicos? Por que razão foram aquelas empresas em específico que acederam a esses apoios e muitas outras ficaram de fora?

Senhor Presidente, conforme publicação também na página do Facebook do Município, foi celebrado um Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Santar de acompanhamento aos beneficiários do RSI. Este acompanhamento já era feito pela Santa Casa da Misericórdia de Santar antes da transferência de competências?

Se o Município já dispõe de um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, que é a SAS, qual a necessidade de recorrer a Entidades Privadas? Que valores estão contratualizados entre a Câmara Municipal de Nelas e a Santa Casa da Misericórdia de Santar para este Serviço?

Quantos Trabalhadores estão agregados ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da Câmara Municipal? E quantos seriam necessários para assegurar as tarefas que agora foram protocoladas com a Santa Casa da Misericórdia de Santar?

A transferência de verbas do Estado Central é insuficiente para que seja o Município a assegurar as competências transferidas?

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Como, habitualmente, o Senhor Presidente da Câmara responderá no final a todos estes pedidos de informação. Senhor Deputado Milton, faz favor.

O Senhor Deputado Milton Duarte:

- Todos sabemos que o problema da água e da sua escassez está a causar muitos riscos de seca tem de ser um problema prioritário que deve ser resolvido. E, portanto, quero falar um pouco sobre a água e sobre o processo de adesão deste e do outro Município à Águas Douro e Paiva.

Diga-se que tido que se vai sabendo nos últimos tempos sobre este processo é através do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, onde este deu a conhecer na reunião de Câmara do Executivo Viseense, no passado dia 13 de abril, que já entregou a proposta de adesão do

Município de Viseu às Águas Douro e Paiva e que haverá um investimento por parte desta empresa a rondar os 100 milhões de euros.

Bom, de facto, é que um ano e sete meses depois de se saber da intenção da adesão a esta empresa por este conjunto de Municípios e de terem deitado para o lixo um processo que já vinha de trás, algo que tinha pernas para andar, que era a Empresa Intermunicipal Águas de Viseu, a verdade é que não há nada. Não se vê nada. Ou melhor, a única coisa que vemos é só mais um anúncio por parte do Senhor Dr. Fernando Ruas. O Senhor Dr. Fernando Ruas queixava-se que não tinha sido feito nada. Mas passado este ano e sete meses também ainda nada aconteceu e pouco, ou quase nada se sabe, no fundo, sobre estes processo.

Mas, Senhor Presidente da Câmara, há aqui algo que eu não consigo entender muito bem. Houve no passado 12 de abril uma reunião entre três Entidades: a Câmara de Viseu, a Águas Douro e Paiva e também a Águas de Portugal. Sendo isto um projeto conjunto, ou pelo menos, é essa a intenção e a ideia que passa, porque é que não estiveram todos os Municípios pretendentes nesta reunião?

Bom, permita-me dizer que no meio deste processo todo, vejo aqui falhas na forma como a informação chega por parte das Águas Douro e Paiva às diferentes Câmaras Municipais. E digo que há falhas no sentido em que tenho conhecimento que, por exemplo, Mangualde ainda não decidiu nada sobre a proposta anunciada por estes dias pelo Senhor Dr. Fernando Ruas porque a proposta só chegou à Câmara de Mangualde depois de ter chegado a Viseu, encontrando-se, naturalmente, agora a ser analisada pelos Serviços Técnicos da Autarquia Mangualdense.

Senhor Presidente da Câmara, muito pouco se sabe por aqui e é importante que a população tenha informação e esclarecimento sobre o abastecimento de água ao Concelho de Nelas. Portanto, gostaria que me informasse se a Câmara de Nelas já teve, ou não, conhecimento, se foi, ou não, informada daquilo que foi a proposta já apresentada e aceite pelo Senhor Presidente da Câmara de Viseu. Se sim, gostava de saber se o Município de Nelas já tem também alguma decisão pensada e pronta a tomar relativamente à adesão às Águas Douro e Paiva.

Se houver uma decisão favor a esta adesão, os Municipes vão pagar mais na fatura da água? Quanto será a diferença do custo do metro cúbico da água, comparativamente àquilo que se paga à Câmara de Mangualde? Se não tiver nenhuma decisão, ou a decisão da adesão não for favorável, o que pretende fazer este Executivo como alternativa para garantir que não há falhas no abastecimento de água e evitar problemas como aqueles que aconteceram em 2017?

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, dava a palavra ao Senhor Deputado João Alfredo Ferreira.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na sua pessoa, cumprimento a Mesa.

Muito boa noite Senhor Presidente da Câmara. Também na sua pessoa, cumprimento os Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Ex.m.º Público.

Aquilo que aqui me traz é algo que registo com muito agrado e vou felicitar a Autarquia na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara pela reunião que houve aqui no dia 24 de Abril, que foi a Assembleia de Jovens.

Nessa Assembleia de Jovens, onde consegui estar presente, saiu algo que a nós vai-nos dar, ou dá que pensar, nomeadamente, eles analisaram alguns temas. E eu saliento dois, ou um, mais precisamente, que é, no âmbito da Saúde Mental, em que eles diziam que para a promoção que a Autarquia devia promover atividades desportivas, culturais, gratuitas.

Eu relembro aqui e creio que a Autarquia tem um papel muito importante, mas há, mais importante que a Autarquia é o papel das Associações do nosso Concelho. E essas, sim, é que devem ser o motor do desenvolvimento dos nossos Jovens, porque uma Associação tem apoios da Autarquia e a Autarquia não pode fazer tudo. Pode apoiar, esta é a minha posição e dar todo o apoio, mas são as Associações que serão, ao fim e ao cabo, o motor e o catalisador dos nossos Jovens. Eles portaram-se espectacularmente bem.

E no âmbito da corrupção, é aquilo que é, mas apenas eu aqui vim cá e, nomeadamente, na Saúde Jovem, verificou-se que os Jovens tinham pouco conhecimento das Equipas Multidisciplinares que o Senhor Presidente da Câmara relembrou no final da sessão.

Dá-me a sensação que ainda há alguém a tentar cortar aquilo que de bom se faz na nossa Autarquia porque talvez por poderes estabelecidos que, quando eu não consigo fazer também não quero que o outro faça. Foi a sensação que me deu porque, senão, os Jovens teriam falado nesse assunto.

Portanto, deixo à consideração do Senhor Presidente da Câmara e uma sugestão, que tudo o que se faça tenha a maior divulgação possivel. Só assim é possivel que toda a gente esteja esclarecida e bem informada.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Se não houver mais inscrições, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Então, muito boa noite.

Cumprimento, naturalmente, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

As Senhoras Secretárias.

A Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores

As Ex.m.ªs Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados.

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

O Distinto Público.

Colaborador do Município também presente.

Começando pelo que disse, a intervenção do Senhor Deputado João Paulo sobre a visita da Senhora Ministra da Coesão Territorial. Recentemente, houve uma reunião em Viseu com a CIM, solicitada por um Organismo que foi criado recentemente, que é a Comissão Nacional do Acompanhamento do PRR

Isto porque a aceção que há é que há informação, quer de candidaturas, quer da comunicação deste projeto de coesão, desta linha de financiamento de coesão financeira que, eventualmente, não estará a funcionar na sua plenitude. O Senhor Presidente da Comissão é o Senhor Dr. Pedro Dominguinhos, que foi Presidente do Conselho Coordenador dos Assuntos Politécnicos e foi o Elemento que esteve presente.

Uma das questões que foi falada é, por exemplo, que é, facilmente, constatar, é abrir a página do Plano de Recuperação e Resiliência e ver, por exemplo, nas consultas, estão lá disponíveis os valores por CIM, por Concelhos. Mas há uma coisa que tinha sido pedida e que não

está lá, devidamente, vertida. Os Municípios, por exemplo, sabem quantos projetos foram aprovados. Sabem o montante global porque está lá expresso. Não sabem, sequer, quais são as candidaturas. E, isto porque as candidaturas do PRR estão feitas para as Autarquias, para as IPSS,s, para a Indústria, para os Empreendedores e não está tipificada, ou compartimentada, como as outras linhas de financiamento, com conhecimento.

Um dos compromissos do Senhor Dr. Pedro Dominguinhos era, de facto, que os Municípios se queixaram, estes e os das outras CIM,s do País, que, para um território, para um Município é importante saber, além do valor que já foi, de alguma forma, alcandorado pelas candidaturas que foram feitas no território, saber também uma coisa, não menos importante, ao certo que tipos de projetos, que tipos de candidaturas, o que é que está a ser feito no território.

O compromisso do Senhor Dr. Pedro Dominguinhos era uma forma diferente de comunicar, particularmente no que é o meio próprio, que é a página da Internet a disponibilizar, concretamente, quais as empresas, quais os modelos de negócio, dos investimentos feitos, seja no Setor Industrial, seja no Turismo, seja na Ação Social, seja na Saúde, ou em qualquer outro dos equipamentos sociais. E isso é uma questão que está em construção.

Feito este intróito e indo, diretamente ao que disse o Senhor Deputado, é o seguinte: Nós, os critérios, o Município não define critérios. Isto é um Programa. O PRR que não tem a ver com o Município. Não nos importaríamos sermos nós a gerir o PRR. Mas não é o caso. O que nós estamos a falar é que os critérios são critérios de candidatura. São abertas candidaturas. Umas são para os Municípios. Outras são para as IPSS,s. Outras são para as empresas. E, portanto, há um Aviso de candidatura. Há um Caderno de Encargos com Programas e Critérios de Elegibilidade. E, portanto, uns são aprovados e outros não são aprovados.

Portanto, não há uma predestinação, digamos assim, de quais são as empresas que se candidatam. Candidata-se qualquer empresa que quiser neste País. E depois há critérios e uns projetos são aprovados e outros não são aprovados. Isso decorre, naturalmente, do que é uma candidatura normal. Nós candidatamo-nos, até podia ser eu e o Senhor Deputado João Paulo, se tivéssemos uma empresa, candidatávamo-nos. Podia ser aprovada, ou não aprovada. Há aqui uns Critérios de Elegibilidade. E, portanto, são esses que estão aprovados. Só é aprovada, ou não aprovada a candidatura.

Não é uma coisa que passe, naturalmente, pelo Município. É um projeto com Fundos de Coesão Europeia e, devidamente, coordenados pelo Estado Português. E, portanto, nada que possa ser feito, candidatado pelas empresas, nós por exemplo, pedimos uma informação que nos parece relevante. É saber quais são as empresas que fizeram os investimentos porque há lá um número de empresas razoável de projetos aprovados em áreas diferenciadas. E é, naturalmente, que nós estamos aqui no território, estamos a falar da Câmara, como estamos a falar da Assembleia Municipal e das Juntas, é importante saber que investimentos estão a ser feitos e que estão a ser apoiados.

Não é, obviamente, com um intuito fiscalizador, mas para sabermos também a realidade do que nos rodeia. E, portanto, foi essa solicitação que foi feita e que, alegadamente, brevemente, será disponível e estamos certos que isso assim acontecerá.

Sobre a questão da Santa Casa da Misericórdia de Santar, a Santa Casa da Misericórdia de Santar já teve este protocolo do RSI na Associação do Folhadal. E não quer pegar nele outra vez. Ora, vamos pôr lá as questões com interesse, que foram colocadas. Primeiro, agradeço a pergunta, antes de mais, porque permite também haver algum esclarecimento sobre a espuma dos dias. Já houve Instituições. O primeiro mecanismo que havia do Rendimento Social de Inserção era feito através da Segurança Social e depois feito com IPSS,s.

No nosso território, antes da Santa Casa da Misericórdia, funcionou, por exemplo, na Associação do Folhadal. Ora, na Associação do Folhadal esteva lá a decorrer o Rendimento Social de Inserção e quando acabou o Programa teve aquela notícia final que não era, propriamente, o que estava à espera, que tinha que fazer, proceder à indemnização dos Técnicos que faziam parte do RSI. E, portanto, até falámos naquela altura quando houve esta questão, falei, pessoalmente, com o Rui Barros e disse, liminarmente, que não estava interessado em ser uma Instituição.

Nós falámos aqui várias vezes desta questão da transferência de competências da Ação Social. Não foi em uma, nem duas, nem três Assembleias. Temos falado nisso, recorrentemente. Da delegação de competências das outras, mas desta também. O que acontece com o Programa é que o Protocolo da RSI está com a Santa Casa da Misericórdia desde 2011, ininterruptamente a funcionar, como está a funcionar, rigorosamente, hoje, igual. Não mudou nada. A única coisa que mudou é com a delegação de competências para as Autarquias que voltou a ser feita, não é a meio do ano, mas já com o ano civil em andamento, em 03 de abril de 2023, do ano em curso, como a Educação, já foi feita em andamento.

Portanto, o que se configurava para as Autarquias era fazer uma de três coisas: ou assumir diretamente a Equipa da RSI, portanto, toda a delegação de competências, primeira opção. Segunda opção, mantinha a IPSS que já fazia esse Serviço. Ou terceira opção, entregaria a outra IPSS. Qualquer das três razões era válida. Já falámos aqui, até quando foi da delegação de competências. E, portanto, o entendimento que houve é, tendo em consideração que já estava a funcionar e que já estávamos em abril, naturalmente, deixámos decorrer no que foi o entendimento devido a duas coisas em particular. Nós não estamos a falar aqui de Técnicos que possam, não é um Assistente Social que agora vai começar a fazer o que é o RSI. O RSI tem procedimentos próprios. Tem uma plataforma para inserção de dados. Tem uma forma de fazer um tratamento em particular. E tem um conhecimento adquirido pelos Técnicos que o fazem.

Quer isto dizer que, obviamente, a transferência de competências, o que nós achámos e parece-me correto, dissemo-lo aqui até na Assembleia Municipal e foi sufragado, foi votado favoravelmente, até julgo que por unanimidade, que nessa transferência de competências, o Município, nesta primeira fase, mantivesse o que era até agora. O que está estipulado e também falámos aqui é que a partir de 1de janeiro de 2024 estas três opções continuam em cima da Mesa. Ou continuar na Santa Casa da Misericórdia. Ou entregarmos a outra IPSS, embora não haja vontade daquelas com que nós contactámos para o efeito, até por causa das experiências anteriores. E mesmo, até, eventualmente, o Município assimilar, se não a totalidade da Equipa, parte da Equipa.

A Equipa tem o que foi a transferência de competências. Foi um documento que eu volto a trazer aqui, que veio cá à reunião de Câmara, que tem uma componente total de 192.157,30 euros. Este é o montante global. E tem quatro rubricas. As quatro rubricas têm: o Protocolo do RSI, que tem a ver com a parte da remuneração dos Técnicos que fazem a Equipa. São cinco Elementos que fazem parte da Equipa, dois Técnicos Superiores, Psicólogo e Assistente Social. E três Assistentes Operacionais, que fazem, digamos assim, o que é uma espécie de mediação familiar. Explicam às Familias do Rendimento Social de Inserção como funciona a economia familiar, como pagar contas, como gerir o orçamento familiar, entre outras questões. Ajudam na higiene. Ensinam e apoiam na confeção de refeições também. Portanto, há esse tipo de trabalho que é desenvolvido.

E, portanto, este valor, inclusivé, chegou-se à conclusão também com o que foi feito, quer pelos Serviços da Autarquia, quer pelos Serviços da Santa Casa da Misericórdia, que este valor aqui não estava atualizado e não contemplava sequer o montante que devia estar consignado.

Uma questão que é importante: Estes 80.000,00 euros do Protocolo, os 16.271,00 euros dos subsídios eventuais, que são para o caso de haver uma emergência social, uma casa que ardeu, que é preciso recuperar a casa, mobilá-la, entre outras questões, este RH que era aquilo que nós estávamos a falar, que tem a ver com os Recursos Humanos, que permite que o que eram um Técnico da Segurança Social de Viseu vai ser agora um de Nelas. E, inclusivé, que era um precário que existia, que não foi mobilizado e que agora foi contemplado e liberta, inclusivé, o que é o próprio Orçamento Municipal porque era uma Prestação de Serviços que se arrastava há 6 anos e vai passar a ser pago porque continua ao Serviço do Município e é pago por esta transferência de competências. E 73.192,78 euros para instalações e funcionamento. O que dava os 192.157,00 euros.

O que nós estamos a falar aqui é que este valor é o valor para 2023 global. Não o vamos receber todo porque isto funciona por duodécimos. Ou seja, janeiro, fevereiro e março já passaram. Estamos a falar de 9 meses deste valor de duodécimos. Depois é importante depois verificar as coisas. Em termos de rubricas e nós até temos isso na Prestação de Contas, temos um Protocolo que tem um funcionamento em duas rubricas: Uma é o Protocolo RSI, que tem a ver com os vencimentos, ou a remuneração, desculpem, dos Técnicos desta Equipa, constituída por cinco pessoas. E tem uma com instalações e funcionamento. O funcionamento é, por exemplo, as despesas de combustível, as deslocações e isso.

Ora, o que é preciso fazer em termos de cabimentação e em termos de rubrica, em termos do Orçamento, na alteração que foi aqui aprovada aqui por nós todos e isto foi explicado na altura. E não assim há tanto tempo. Foi no fim da Assembleia, foram, precisamente, estas questões. E estão lá as rubricas claras. Portanto, o que tem que haver, os 80.000,00 euros do Protocolo e os 73.000,00 euros das instalações e funcionamento, têm que lá estar porque a parte do que é o Protocolo, neste caso, com a Santa Casa da Misericórdia, tem uma parte do Protocolo RSI, que é a Equipa e tem uma parte de funcionamento, que são estes 500,00 euros mensais que foram instituídos. Esta é a primeira questão.

A outra questão, para terminar este ponto, que também é importante, que foi celebrado um Protocolo, aprovado em reunião de Câmara, com os montantes, perfeitamente, definidos. E passo a ler: Segundo - Financiamento - O Município de Nelas assegura à Instituição o financiamento da execução do Protocolo outorgado nos seguintes termos: a) Relativo aos meses de abril a dezembro de 2023, abril porque como nós falámos é por duodécimos e, portanto, é só quando houve transferência de competências, que é a partir desta data, um valor mensal de sete mil quatrocentos e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos, sendo seis mil novecentos e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos referente a encargos mensais com Recursos Humanos e quinhentos euros referente a encargos mensais de Instalações e Funcionamento, que é outra rubrica onde pode ser alocada, precisamente, esta questão da Despesa. b) O montante previsto na alínea anterior será pago até ao dia 27 de cada mês.

Portanto, em abono da verdade, o que nós estamos a falar é do mesmo funcionamento da mesma Equipa, com o mesmo Rendimento que tinha antes, que funciona desde 2011e que tem esta particularidade até em termos do que é a parte do funcionamento com despesas associadas e não há, inclusivé, das instalações, podia haver no funcionamento da própria Equipa de RSI.

Agora, o que é que o Municipio vai fazer? Este esclarecimento está feito. É o Município, eventualmente, integrar a Equipa. Não, necessariamente, os Assistentes Operacionais, mas os Técnicos que têm já este conhecimento adquirido e que têm essa parte e que podem, eventualmente, alargar o que possa ser, futuramente, uma Equipa de respostas sociais mais abrangentes para além do RSI.

Na questão do que falou o Senhor Deputado Milton, o Senhor Deputado Milton também não tem culpa disso, mas não esteve nas outras Assembleias Municipais. Nós já aqui falámos sobre isso. O Município de Nelas já fez a pré-adesão à Águas Douro e Paiva. Não tem culpa de não ter estado presente, mas podiam ter-lhe dito isso, que nós já fizemos isso. Fomos, aliás, o segundo Município a fazer a adesão à Águas Douro e Paiva. A adesão não, peço desculpa, a pré-adesão.

Isto tudo para dizer o quê? Que a pré-adesão não vincula, de forma alguma, os nossos Municípios que fizeram essa subscrição. O que foi relevado foi que todos os Municípios fariam, de alguma forma, esta pré-adesão que não nos vincula. É só uma manifestação de interesse em. Haverá uma altura em que terão que ser negociadas, eventualmente, a entrega em alta da água, em que pontos, em que moldes, em que funcionamento, se aquele valor referenciado de 41 cêntimos se repercute e se continua. Portanto, há muita coisa ainda. O que é importante fazer, ou o que foi importante fazer foi manifestar esta pré-adesão da adesão à Águas Douro e Paiva, que foi compromisso de todos os Municípios.

O próprio projeto, os outros Senhores Deputados, eventualmente, saberão, mas é simples neste projeto de adesão do Município às Águas Douro e Paiva faz com que nós tenhamos uma entrega em alta de 10.000 m^3 diários na ligação que ainda não foi concluída e também está atrasada, à parte de Lafões, que vem de Aveiro e vai ser concluída a parte de Lafões até São Pedro do Sul. E depois de São Pedro do Sul para Viseu.

Depois disso, o que havia, originalmente, é que havia um abastecimento a Viseu e esse abastecimento a Viseu depois funcionaria em redundância e retirar-se-ia da quota de que Viseu vai buscar à Barragem de Fagilde. E, portanto, é isto que está em cima da Mesa. Como em cima da Mesa está o Estudo de Viabilidade Financeira da Barragem de Fagilde. E esse Estudo já era, já falaram disso aqui, havia uma ideia original que foi apresentado o projeto com a APA e com quem tutela também a parte da Barragem de Fagilde e este projeto, a Associação Portuguesa do Ambiente e o Município de Viseu, que é a Entidade Coordenadora, digamos assim, da ETA e da questão da exploração da Barragem de Fagilde. Tem uma percentagem. Nós somos o segundo maior acionista. Temos mais 1% do que Mangualde.

E, independentemente disso, o que tinha ficado definido era que cada um teria, naturalmente, se houvesse essa redundância de um aumento de quota também. Mas isto é tudo ainda muito experimental. É tudo a ainda sem grandes certezas. O que interessava fazer, para já, era, naturalmente, esta manifesta adesão à Águas Douro e Paiva porque, obviamente, é uma questão que, digamos assim, aflige a todos, que nos preocupa. Todos nós queremos essa situação resolvida porque a água é um bem escasso e finito. Nós tivemos já verões complicados. Não foi só 2017. Anteriormente, já tivemos. Dois mil e dezassete é aquele que está mais presente em memória por todas as outras Câmaras associadas. Mas depois disso também não foi fácil, principalmente, no ano passado que tivemos problemas bastantes.

A Barragem de Fagilde tem um problema grande de capacidade de retenção. Nós tivemos um inverno até pluvioso. Tivemos um problema que não podemos armazenar toda a água, como tiveram outras Barragens porque nós, a parte da Barragem, a capacidade de reter a água, a estrutura está debilitada e não tem capacidade para armazenar mais. O que fez com que nós tivéssemos que libertar água, quando estávamos a precisar de a armazenar. E isto é também o grande problema que nós temos, é o grande dilema que se tem.

Só dois apontamentos finais: Já passou, mas houve uma oportunidade grande que esta Região teve com a Barragem de Girabolhos e que também se foi. Agora, estranhamente, ou não,

volta a fazer parte do Plano Hidrológico a Barragem de Girabolhos. Pode ser que, eventualmente, se comece a sensibilizar que pode haver esta alternativa.

Dizer ainda duas pequenas coisas: A Empresa Intermunicipal, que não existe, convém repormos aqui a verdade sobre a Empresa Intermunicipal. A Empresa Intermunicipal tinha, inicialmente, 5 Municípios, que são os que existem. Aliás, esta Empresa Intermunicipal, formalmente, não existe, mas nós também defendemos que, independentemente de não haver esse formalismo, para nós ela existe, seja uma Associação Intermunicipal, chamem-lhe o que quiserem, mas existe. Tanto existe que se reúne e continua a haver uma Barragem que implica esse implícito. E havia o alargamento para alargar isso a mais três Municípios. Passariam a oito.

Em abono da verdade, depois desses oito funcionarem, houve Municípios que votaram contra essa adesão. O Município de Nelas foi um deles. Portanto, vamos lá ver se repomos bem o que é a verdade das coisas sobre a questão das Empresas Intermunicipais. Nelas, Mangualde e Penalva do Castelo.

Sobre a reunião da Câmara com a Águas de Portugal e a Águas Douro e Paiva é normal que seja feito porque é a Instituição Coordenadora. Se quer que lhe diga, já falei nisso até na reunião de Câmara e aqui também, que não tenho por que motivo dizer que sim, ou abanar com a cabeça a tudo o que o Senhor Dr. Fernando Ruas faça. Só porque, eventualmente, tenha afinidade política connosco, não quer dizer eu concorde, ou não concordemos com o que faça. E nesta questão não concordo muito, de todo, que esta questão devia e deve ser feito de outra maneira e nós inclusivé já dissemos isso ao Senhor Dr. Fernando Ruas faça que, numa primeira fase, que achava que até podia ir sozinho e nós dissemos: Não vá. E nós vamos também lá a seguir e ver o que é que fazemos à Barragem.

Portanto, sobre isso também não temos problemas nenhuns em haver esse confronto. Tanto assim é que o entendimento que foi feito entre o Município de Nelas, de Mangualde, de Penalva do Castelo e do Sátão, que são de conotações politico ou partidárias bem diferenciadas. Inclusivé, temos um Protocolo que vai ser instituído com a Câmara Municipal de Mangualde, que tem a ver com permutas no que concerne à Proteção Civil que já vai começar a funcionar a partir de maio e que é um Protocolo que foi já, formalmente, convencionado pelos dois Municípios. E, portanto, nós não temos esta ideia. Eu, obviamente, sou Social-Democrata. Não vou mudar. Mas sou Presidente da Câmara para um Concelho inteiro, independentemente das coisas e o que for melhor para o meu Município e depois serei julgado, há gente que concorda, que não concorda, a vida faz parte disso, mas estarei cá para defender primeiro os interesses do Município, independentemente das coisas.

Eu não tenho que dizer Sim Senhor a Viseu só porque é PSD e a Mangualde e Penalva do Castelo a dizer que não porque são PS. Até porque é o contrário. O que nós temos feito é, rigorosamente, a questão da junção dos Municípios e muito bem. Até porque há aí um outro projeto, que já falámos nisso por alto, que havemos de trazer cá, que é na distribuição em alta, no abastecimento da água, quanto mais nós, em termos do Municipio, tivermos opções, melhor.

Nós somos, absolutamente, dependentes de Fagilde, absolutamente, dependentes. Não temos nenhum Plano B para o abastecimento de água. E, portanto, sabendo que a Barragem de Fagilde, seja qual for a decisão, vai demorar um hiato temporal muito razoável a ser construída, já nem falo em 5, ou 6 anos, mas poderá ser, no mínimo, isso, até lá o problema vai continuar. E a Barragem de Fagilde não vai suportar mais água. Portanto, a alternativa da Águas Douro e Paiva meter cá água é boa.

Assim como há, neste momento uma confluência sobre os Municípios do Mondego, com a possibilidade de uma Associação Intermunicipal e nós debatermos isso. Não há decisão

nenhuma. Ninguém fique preocupado com isso que essas situações virão sempre, naturalmente, aqui à Assembleia Municipal e à reunião de Câmara. Mas ficou cogitada a possibilidade de haver uma outra forma de nós termos um outro abastecimento de água em alta. Então, se houvesse essa possibilidade, não é ouvirmos essa solução?

Claro que sim. Estamos a falar de água. E, portanto, há uma Associação Intermunicipal, a Águas Públicas da Serra da Estrela, com Municípios dali da bacia do Mondego, Gouveia, Seia e Oliveira do Hospital. E, portanto, querem, de alguma forma, que Nelas e Mangualde também se juntem à volta deste projeto. Nós não dissemos que não, nunca. Não podemos. É uma forma de termos abastecimento em alta, de onde há uma massa de água que até abastece Lisboa. Portanto, vamos dizer que não? Não. E há proposta também para a água em baixa e para o saneamento. Não quer dizer que nós façamos nada. Eu acho é que nós temos que estar abertos às sugestões. E se virmos que é o melhor para o Município, que seja feito. E, portanto, tudo o que tem a ver com o abastecimento de água em alta está feito desta maneira. E eu julgo que é o caminho adequado e correto para fazer as coisas.

Para terminar este ponto, vai haver este mês, esperemos que, de facto, não seja outra vez protelado o prazo, a apresentação pública, que está sujeita à Agenda do Senhor Ministro do Ambiente, o que faz sentido que seja natural, que venha anunciá-la também, naturalmente, o Estudo Prévio e a solução da Barragem, alegadamente, para o próximo mês de maio. E, portanto, vamos, naturalmente, aguardar. Eu acho que, de facto, os Municípios, os outros já deveriam ter tido mais informação, obviamente. Mas vamos aguardar e nos sítios próprios também diremos o que não está conforme e o que deve estar conforme. E, depois, esperar, obviamente, do que venha lá porque nós também lemos que pode haver um investimento de 100 milhões de euros na água. Nós não fazemos ideia. Portanto, não está correto? Não, não está. Agora, em termos de Município, vamos aguardar e vamos fazer o nosso papel que é respeitar o que for lá feito e trazermos aqui para terem conhecimento e para debatermos isso.

Para o Senhor Deputado João Alfredo, subscrevo, inteiramente, o que falou da questão da Assembleia Municipal de Jovens. Não só da Assembleia Municipal de Jovens, já que falamos das Comemorações do 25 de Abril, isto quando se faz, quando se inova alguma coisa pode-se gostar, pode-se não gostar, faz parte. Não se agrada a Gregos e a Troianos. É a Democracia também a funcionar. Embora, se poder haver aqui um hiato de adequar as coisas e acho que isso que é possível. Mas há ali uma questão que é importante que é, houve um evento que juntou o que é a sua expressão popular na Caminhada do 25 de Abril, no dia 23. O dia 24 juntou os Jovens, uma belíssima ideia do Senhor Presidente da Assembleia, em Assembleia Municipal de Juventude, de Jovens, com os Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. De Nelas, o 12.º ano, numa cadeira especifica, até vocacionada para a área. E do 10.º e 11.º ano do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim.

E foi um debate bastante profícuo e que, de alguma forma, resultou naquilo que é a participação cívica dos próprios Jovens. E nós desafiamo-los, inclusivé, em vez de ser aquele evento para comemorar o 25 de Abril, passou para se efectuar duas vezes por ano, de seis em seis meses, o que a resposta foi afirmativa e, portanto, até outubro haverá uma outra Assembleia Municipal de Jovens, que complementa a criação recente do Conselho Municipal, ou a reactivação do Conselho Municipal da própria Juventude.

A Saúde Mental e os trabalhos, eu, aqui, permita-me discordar de si, Senhor Professor João Alfredo, mas a Democracia, o 25 de Abril é isso mesmo também. Eu acho que nós temos um Associativismo riquíssimo. Tomara muitos Concelhos que tivessem a qualidade do Associativismo e a riqueza que nós temos. As nossas Associações, muitas vezes, substituem-se à

Administração Local e à Administração Central, proporcionado um campo vasto de atividades, Desportivas, Culturais, Recreativas, sejam elas nas Bandas, nos Ranchos, sejam elas nas atividades promovidas, Culturais, seja na parte desportiva e em modalidades diferentes, futebol, futsal, andebol, basquetebol, uma peleia, no BTT, na Caminhada. Portanto, a oferta que as Associações fazem é muito rica e abrange toda a gente e é muito divulgada.

Só que, às vezes, é assim: Nesta comunicação acelerada, nem sempre tudo lá chega. Não é uma questão da quantidade de informação. E, por vezes, conseguir fazer isso. O Senhor Professor João Alfredo assistiu e viu, por exemplo, que eles próprios não sabiam de algumas coisas que já funcionam há anos. E, isso, se calhar, é que é a parte preocupante. É nós chegarmos à conclusão que a comunicação com os Jovens não está a ser efetivada. E, portanto, está a faltar isso. E, isso, percebe-se nessa abordagem? Sim. Agora, no nosso Associativismo, não me parece. Esta Equipa Multidisciplinar, nós já falamos aqui na Promoção do Sucesso Educativo e está a funcionara muitíssimo bem. O reporte que há dos Agrupamentos é muito positivo. E, portanto, é uma questão que está, claramente, que parece que está a resultar e que nós vamos continuar.

Obrigado pela atenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, se nenhum dos Senhores Deputados que se inscreveu pretende mais algum esclarecimento, damos por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos, então, ao Período da Ordem do Dia, cujo ponto n.º 1 é a Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, que consta do Relatório que foi enviado aos Senhores Deputados.

Essencialmente, é constituído por três partes. A primeira é, de facto, a atividade desde 24 de fevereiro para cá. A segunda parte tem os processos judiciais pendentes. E a terceira parte é constituída pela situação financeira do Município.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de março de 2023, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias.

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho.

Manutenção e abertura de caminhos florestais e agrícolas.

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias.

Prolongamento de ramais de água e saneamento.

Requalificação da Rede Viária do Concelho.

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho.

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais.

Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas.

Execução de trabalhos no JI do Folhadal.

Execução dos trabalhos no JI de Senhorim.

Execução de trabalhos no JI e Escola do 1º CEB da Lapa do Lobo.

Execução de trabalhos na Escola do 1º CEB de Carvalhal Redondo.

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente.

Reunião com o empreiteiro do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar - CAVES".

Requalificação do Mercado Municipal de Nelas.

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas.

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas.

Reparação de pavimento na Av. Dr. António Abílio Monteiro em Canas de Senhorim.

Reposição de Muro de Suporte de Terras nas Caldas da Felgueira.

Reposição do passeio na Av.ª 9 de julho, Lapa do Lobo.

Execução das faixas de gestão de combustível da rede viária

Ações de sensibilização sobre a temática limpeza de terrenos em volta do edificado e segurança para executar uma queima com a colaboração dos bombeiros e GNR

Comemoração do dia internacional da floresta, com a plantação de pinheiro manso e carvalho no parque ecológico da quinta da cerca com os alunos do projeto Eco-Escolas.

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Atualização de aplicações do ERP Airc.

Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização.

Atualização de software e firmware da storage.

Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas.

Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos.

Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático.

Resolução de 1202 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Continuação o Projeto de Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões, com a colaboração da empresa SMART VISION.

Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas e os espaços de cidadão de Canas de Senhorim e de Santar realizaram 3854 atendimentos.

SERVIÇO DE DESPORTO

Deu-se continuidade ao projeto "Crianças em Movimento…", direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora. No total estão envolvidas aproximadamente 300 crianças do concelho.

Deu-se continuidade à disciplina de Atividade Física e Desportiva (AFD) inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), direcionada a todos os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico. Esta atividade decorreu nos recursos espaciais disponíveis no município para este fim, sendo eles: o Pavilhão Desportivo Municipal, os recursos espaciais do Centro Escolar e as Piscinas Municipais Cobertas

Continuação do funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2022/2023 nomeadamente das aulas da Escola Municipal de Natação com: Natação (a partir dos três anos), Hidroginástica, Utilização Livre (Sem orientação técnica) e Equipa de Pré-competição (grupo que se insere numa vertente competitiva que participa nas competições no âmbito do Circuito

Municipal de Escolas de Natação e no Troneio Professor Afonso Saldanha). Na presente data, 90% dos grupos encontram-se com lotação a 100%. No total estão inscritos 318 alunos nas aulas com orientação técnica.

A equipa da Pré-competição participou em duas provas do Circuito Municipal de Escolas de Natação: a 11 de fevereiro em Arganil e 11 de março em Aguiar da Beira.

Os alunos da escola municipal de natação, nomeadamente os alunos do grupo CJAVAN (que irá constituir na próxima época desportiva a equipa da Pré-competição) participaram em duas provas do Torneio Professor Afonso Saldanha: a 25 de fevereiro em Vouzela e a 25 de março em São João da Pesqueira.

Para o desenvolvimento das atividades da Universidade Sénior de Nelas (US), foram cedidas duas horas por semana do horário de funcionamento da piscina, para o desenvolvimento da atividade de Hidroginástica. Atividade inserida no plano de atividades da US, formado aproximadamente por um total de 40 alunos por aula.

Como forma de apoiar e dinamizar as associações e clubes do concelho, foram cedidas instalações desportivas para diversas atividades.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 6 agregados familiares;

A Loja Solidária de Nelas, contou com 16 doações de diversos artigos (vestuário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares.

No mesmo período, 13 agregados familiares, correspondendo a 43 munícipes realizaram marcação e beneficiaram do apoio da Loja Solidária.

Continuação do desenvolvimento do trabalho, diário e continuo, de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias. No período de referência foram realizadas várias visitas domiciliárias a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento.

Atendimento de Apoio Psicossocial continua a ser um espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, auxiliando as mesmas na resolução ou atenuação dos seus problemas. Neste período foram realizados 10 atendimentos psicossociais.

Inserido no projeto Intermunicipal "+ Igual Viseu Dão Lafões", no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), em colaboração com outros Serviços da Autarquia e Entidades do Concelho, realizaram-se as seguintes ações de formação e de sensibilização:

- Violência no Namoro – Ação de sensibilização em articulação com o CLDS Nelas4You, realizada em 14 de fevereiro – destinatários: alunos do 3.º ciclo;
- Mecanismos de Prevenção contra situações de Desigualdades e Descriminação – Ação de informação realizada em 17 de fevereiro
- Orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – Ação de sensibilização realizada em 22 de fevereiro – destinatários: técnicos e colaboradores da área da Saúde e Educação do Município de Nelas;
- Encontro de Mulheres Empreendedoras – Gestão de emoções – Workshop realizado em 8 de março;
- Igualdade de Oportunidades – Ação de formação realizada em 15 de março;
- Assédio moral e sexual das mulheres no local de trabalho – Ação de formação realizada em 17 de março;

- Despir os preconceitos, Vestir a inclusão – Ação em articulação com o EAPN (Núcleo Distrital de Viseu) e os Jardins de Infância de Nelas no dia 24 de março;
- Igualdade e Não Descriminação – Ação de formação realizada em 25 de março – destinatários: agentes turísticos: alojamento, restauração e enoturismo;
- Prevenção de combate à violência doméstica – Ação de sensibilização em articulação com a Equipa Multidisciplinar do Rendimento Social de Inserção, realizada em 29 de março – destinatários: beneficiários da prestação de RSI e Comunidade em geral.

Aprovação em reunião de Câmara no dia 30 de janeiro de 2023 da proposta da criação do Cartão Municipal do Cuidador Informal, assim como do Gabinete e da Linha de Apoio ao Cuidador Informal.

No âmbito do Regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos em matéria de apoio em obras na habitação e tarifários especiais de água, saneamento e resíduos foram deferidos e aprovados em reunião da câmara 3 processos cujo objetivo era a atribuição do tarifário social de água e 1 processo de atribuição do tarifário familiar de água.

Foram requeridos 12 cartões sénior.

Na sequência da candidatura realizada no passado mês de novembro à 2ª edição da Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais (RACCI), iniciativa lançada pelo Movimento Cuidar dos Cuidadores informais, o Município de Nelas foi reconhecido no passado dia 15 de março, com o Projeto "CER – Cuidar e Receber" – Projeto de Informação e Apoio aos Cuidadores Informais, para pertencer à rede de autarquias que adotam as melhores práticas e medidas de apoio em benefício dos cuidadores informais e cujo reconhecimento se materializa na atribuição de um selo de mérito.

Decorreram avaliações solicitadas pelo Serviço de Educação e Cultura, a agregados familiares com alunos a frequentar o ensino pré-escolar, para avaliar as condições socioeconómicas, com o objetivo da isenção/redução na comparticipação do fornecimento de refeições e/ou prolongamento de horário.

No que respeita aos atendimentos do CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) realizaram-se 13 atendimentos presenciais, que foram encaminhados para a resposta social do Município - a Loja Solidária -, a fim de adquirir bens de vestuário e móveis, e para outros serviços e entidades externas competentes para a resolução dos problemas e necessidades apresentados:

- Esclarecimentos de dúvidas relacionadas com a Legalização;
- Esclarecimentos e apoio na formulação do pedido de Autorização de Residência;
- Apoio no agendamento para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Registo de Menores Estrangeiros;
- Esclarecimentos sobre a aquisição e a atribuição da nacionalidade portuguesa;
- Encaminhamento para diversas instituições nas áreas da saúde, emprego, habitação, apoio social e jurídico;

Relativamente ao Programa Abem, foram deferidos 3 requerimentos/pedidos para atribuição do apoio na medicação no âmbito do Protocolo com a Associação Dignitude.

Foi celebrado no passado dia 16 de março, um Protocolo de Colaboração entre a GNR e a Câmara Municipal de Nelas, denominado Projeto eGuard, um serviço de teleassistência, para os cidadãos mais vulneráveis, quer seja por situações de dependência quer seja por situações de isolamento e sem apoio familiar. A cada idoso identificado pela GNR e Serviços irá ser disponibilizando um dispositivo que será monitorizado à distância pela GNR e que despoletará respostas a vários níveis, em caso de necessidade.

No âmbito do "Programa Nacional Naveg@s em Segurança?" promovido pelo IPDJ, o SMAES efetuou uma candidatura no mês de março para a realização de 3 sessões gratuitas (duração 45/50 minutos) sobre as temáticas: "Fake News", "Privacidade Online" e "Redes Sociais" para a população sénior, nomeadamente, para os alunos da USN e para os voluntários seniores do Banco Local de Voluntariado de Nelas, programadas para o mês de maio e junho do presente ano.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, decorreu na Biblioteca Municipal António Lobo Antunes, um Workshop de Gestão de Emoções dinamizado pela Dra. Sandra Gomes, psicóloga clínica e trainer em inteligência emocional.

Esta iniciativa foi promovida no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Nelas (PMIGND).

A exposição Florestas para o Futuro realizada em colaboração com a CIMTejo, que pretendeu sensibilizar para as alterações climáticas e para importância da proteção das florestas.

No dia Mundial da Floresta e da Árvore (21/03), realizou-se uma palestra apresentada por Ana Marçal e por Francisco Lopes, tendo como base os mais conceituados estudos neste domínio, no âmbito reordenamento e planeamento da produção florestas em Portugal, na qual estiveram representados bombeiros, Juntas de Freguesia, Proteção Civil, e comunidade em geral.

Projeto partilhar: rede intermunicipal de bibliotecas da região Viseu Dão Lafões.

Apresentação do espetáculo "Aqui vamos nós", pelos animadores Carlos Henriques e Luís Ribeiro, para o público Sénior no dia 21/03 e para alunos do 1.º CEB no dia 27/3, no Centro Cultural de Santa Comba Dão, uma colaboração entre a Biblioteca Municipal de Nelas e a Biblioteca Municipal de Santa Comba Dão.

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube da Biblioteca.

Serviço de atendimento on-line para quem necessite de informação específica sobre determinado assunto, com o envio por mail da digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição.

Leituras 100 Idade - US fora de portas: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas (deslocação da Biblioteca itinerante aos polos da US) que possibilita aos seniores regularmente, a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros, que contou com cerca de 20 participantes/alunos.

Biblioteca itinerante nos estabelecimentos de ensino dos JI e EB dos Agrupamentos de escolas do Concelho com o empréstimo de 1038 livros.

Oficinas múltiplas: apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano.

Participação nas reuniões periódicas do grupo de trabalho da rede intermunicipal de bibliotecas de Viseu dão Lafões, em colaboração com a CIM e DGLAB_MC. Durante o presente ano, e de acordo com o sistema de rotatividade aprovado em regulamento, a responsável da BM Nelas, em colaboração com a bibliotecária de Castro Daire, assume a coordenação deste grupo de trabalho intermunicipal.

Conceção, em conjunto com o serviço de património e turismo do percurso literário "pelas memórias de Ant.º Lobo Antunes.

Apoio na realização de visita de estudo dos alunos do 6.º ano da EB 2.3 de Nelas, pela vila de Nelas, tendo como tema da mesma a água, em articulação com o Plano Nacional das Artes.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Organização dos Desfiles de Carnaval Infantil de ambos os Agrupamentos de Escolas (transportes, música e apoio);

Parceria em Ação de Sensibilização promovida pela CLDS no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.

Comemoração do Dia Mundial da Árvore (em articulação com o Serviço de Ambiente e AE Nelas) – plantação de árvores na Quinta da Cerca.

Implementação de Ação de Sensibilização no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação no Pré-Escolar (JI de Nelas) em parceria com Técnicos do Núcleo Distrital de Viseu do EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza.

Preparação para o Dia Mundial da Criança 2023.

Encerramento do 2.º Período: Avaliações das Atividades de Enriquecimento Curricular (Ficha de Avaliação Individual e Relatórios dos Docentes).

Preparação Projeto Férias em Ação – Páscoa 2023.

Preparação Projeto Até Já Escola! – Páscoa 2023 (Museu do Pão).

Promoção do Sucesso Educativo em VDL – Residência Artística no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim.

Continuação nos Agrupamentos de Escolas do Concelho do projeto da Promoção do Sucesso Educativo da CIMVDL.

Continuidade do programa de distribuição de uma peça de fruta aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo- regime da Fruta Escolar e Programa Fruticool e do Projeto Heróis da Fruta (Projeto da APCOI em parceria com o Agrupamento de Escolas de Nelas).

Reunião com a direção dos Agrupamento de Escolas do Concelho.

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS:

Dada continuidade ao plano de aulas do projeto "Música Maestro" - ano letivo 2022-2023.

Continuação do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas.

Cumprimento do plano de aulas nas AEC.

Ensaios de preparação para a atividade "Audições Brilhantes" e para a audição das turmas coletivas – "Primavera Musical".

Desenvolvimento no dia mundial do teatro da atividade "Audição Brilhante" pelos alunos e professores da AMAN-Teatro.

Atividade "Audição Brilhante" pela AMAN-Música desenvolvida pelos alunos que estudam instrumentos das famílias das Cordas Friccionadas e Madeiras.

Atividade "Audição Brilhante" pela AMAN-Música desenvolvida pelos alunos que estudam instrumentos das famílias dos metais e percussão.

Atividade "Primavera Musical" – apresentação que finalizou uma sequencia de audições com os alunos da AMAN, nelas participaram todas as turmas coletivas da área da área de Música.

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

N.º PROCESSO	FASE PROCESSUAL	AUTOR DA AÇÃO
424/17.4BEVIS	O Município deduziu contestação	Amadeu Gonçalves Cura &

		Filhos, Lda.
298/17.5BEVIS	Realizada audiência prévia	António da Silva Albino Lda.
344/17.2BEVIS	O Município deduziu contestação	José Marques Duarte, Unipessoal, Lda.
175/19.5BEVIS	O Município deduziu contestação	João Manuel Lopes Pereira
24/20.1BEVIS	O Município deduziu contestação	Vitor Manuel Dias da Silva, Lda.
67/20.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Irmãos Almeida Cabral, Lda.
70/20.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda.
262/20.7BEVIS	O Município deduziu contestação	Maralgopi Unipessoal, Lda.
263/20.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Tranjuiza - Transportes de Mercadorias, Lda.
192/20.2BEVIS	O Município deduziu contestação	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.
42/21.2T8NLS	O réu apresentou contestação	Município de Nelas
80/21.5BEVIS	O Município deduziu contestação	Paulo Costa
154/21.2T8NLS	O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa	Comissão Nacional de Proteção de Dados
2357/21.0T8VIS-A	O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS	Município de Nelas
456/21.8BEVIS	O Município deduziu contestação	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.
141/21.0T8NLS	O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência	Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento
148/22.0T8NLS	O Município deduziu contestação	Generali Seguros, S.A.

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

a) Dívida de médio e longo prazo: 9.139.875,79 €
b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 1.539.199,61 €
c) Financiamentos Contratualizados (falta visto TC): 265.000,00 €
d) Financiamentos contratualizados por utilizar: 1.600.000,00 €
e) Provisões/Responsabilidades contingentes: 803.438,78 €
f) Responsabilidades contingentes 2021: 1.317.779,00 €
g) Financiamentos aprovados em AM (não contratualizados): 1.600.000,00 €

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer alguma explicação para isto. Se remete apenas para o documento. Ou se os Senhores Deputados pretendem algum esclarecimento. Senhores Deputados, pretendem algum esclarecimento sobre o Relatório do Senhor Presidente da Câmara? Não.

O Senhor Presidente da Câmara quer prestar algum esclarecimento complementar, ou remete apenas para o documento?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu agradeço, antes de mais. Esta Informação não é só da Câmara, mas dos Serviços todos, dos Departamentos que fazem parte da Câmara, inclusivé, do componente e do apoio que há das Juntas de Freguesia em muito do que é este trabalho executado neste período desde a última Assembleia até hoje.

Obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, passamos ao ponto n.º 2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. l), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2022 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas.

Os Senhores Deputados também receberam este extensíssimo Relatório, como é habitual. São mais de 420 páginas. Eu tenho muita pena que ele chegue tão tarde, com esta vastidão. Acho que é, humanamente, impossível, alguém analisar este documento seriamente.

Agora, como também trás um documento dos ROC,s, que também só chegou hoje e eu presumo que, de facto, estará bem feito. Não consegui lê-lo. Se calhar, os Senhores Deputados também não. Por isso, eu recomendava mais atenção aos Serviços Municipais para ver se fazem chegar estes documentos essenciais com mais alguma antecedência.

De qualquer forma, faz favor, os Senhores Deputados querem-se inscrever? Faz favor, o Senhor Presidente da Câmara quer fazer um esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Se não se importasse, eu acho que era preferível, se calhar fazer a introdução do documento e depois serem colocadas as questões, as intervenções. Podemos fazer ao contrário. Mas é como o Senhor Presidente da Assembleia entender.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Todos os Senhores Deputados concordam que o Senhor Presidente fará a introdução prévia? Ninguém se opõe? Faz favor Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Sobre este documento e a questão da extensão, ou não, do documento, é um documento que é habitual. Foi cumprido o que era o prazo legal do envio do documento. O que não invalida, obviamente, que um documento desta natureza, eventualmente, pudesse ter um tempo acrescido para ser analisado. E por mais que fosse o tempo, isto tem demonstrações, anexos e mapas, obviamente que é volumoso.

Portanto, à medida que também se vai inteirando do documento também se percebe que há uma parte do documento para ler e outra parte que são anexos e demonstrações do próprio resultado.

Dizer o quê? Remeter depois para explicações, esclarecimentos e comentários que, eventualmente, possam ser feitos. Dizer só, sucintamente, algumas das questões. Além do documento ser conhecido, houve aqui a ideia, que é o compromisso que pode, obviamente, ser questionável, a Democracia é a mesma, é assim que funciona, em que, de alguma forma, se objectivou criar condições para prosseguir uma política de consolidação da Conta pública para que se conseguisse, de alguma forma, honrar os compromissos assumidos no Programa que foi sufragado pela Coligação às populações do Concelho de Nelas e para permitir que sejam feitas, de alguma forma, obras de proximidade, não em valores demasiadamente significativos mas em algumas das coisas que foram consensualizadas com todas as Juntas de Freguesia.

Há, digamos assim, obras, ou investimentos feitos nas Freguesias que estão consensualizadas com as Freguesias e, portanto, naturalmente, faremos o balanço sobre isso no final do ano. E a Autarquia tem que arranjar condições para, neste caso concreto, com o que assumiu com as Freguesias, conseguir cumprir com o que foi estipulado. Pode haver gente que não cumpra com a Autarquia o que foi estipulado. A Autarquia vai tentar cumprir com as Juntas o que estipulou.

Isto para dizer que, basicamente, em termos sucintos, temos uma questão que vem de um resultado negativo para um resultado líquido de 788.000,00 euros que, basicamente, é contabilístico porque é conta que ficou e que transitou para pagar no ano seguinte. Também dizer que, naturalmente, depois da aprovação das Contas terá que ser feita depois a cativação do resultado do Exercício em termos do que será a Revisão para efeitos contabilísticos e do financiamento da própria Autarquia.

Dizer ainda nesta matéria que, como é demonstrado, quer pelos ROC,s, quer na própria Demonstração, os rácios financeiros melhoraram, substancialmente. Há muito ainda a cumprir. Não vos vamos dizer que isto foi um Exercício fenomenal, que não foi. Houve uma preocupação de estancar o que era a faturação que apareceu excessiva, ou supletiva entre os meses de novembro de 2021 até fevereiro/março, eu diria o primeiro quadrimestre de 2022 na ordem dos 5 milhões de euros de faturação. E houve necessidade, naturalmente, de fazer uma primeira componente, que, obviamente, não foi popular, nem podia ser de outra maneira. Compreendemos isso. Também a incumbência que nós tínhamos, de alguma forma, tentar equilibrar isso, mesmo sem tendo um pé muito assente para fazer grandes investimentos, mas com uma linha feita de duas maneiras.

Primeiro, o que são os empréstimos de curto prazo, que são, basicamente, a Fornecedores e a Credores, particularmente, a Fornecedores, foi a priorização. E está aí, devidamente, fundamentada a diminuição enorme que houve nesse capítulo. O intuito foi, claramente, alavancar a economia local, num período pós COVID-19 haver disponibilidade financeira e o pagamento ser feito, em particular, aos Investidores e aos Fornecedores do Concelho. Houve uma outra questão também que houve uma diminuição do Passivo, também, como viram, de forma a equilibrar isto também porque também é uma questão também de alguma coerência.

Nós estamos a falar aqui de dois tipos de investimentos que porem ser feitos. Um investimento destas obras de proximidade que foi coordenado, consensualizado com as Autarquias. E os investimentos que vêm aí no que é o âmbito do PRR e do PT 2030. No PRR, como os Senhores já sabem, já está aprovada a candidatura do Centro de Saúde de Nelas e da Unidade de Saúde Familiar de Canas de Senhorim. E foi prorrogado, era para ser até ao fim de Abril das Sedes dos Agrupamentos de Canas de Senhorim e de Nelas. E já está pronta. E foi hoje também aprovada em reunião de Câmara. Portanto, continuamos a aguardar, a questão das acessibilidades, da candidatura de Santar.

E vem aí um Quadro Comunitário. E eu aproveito o ensejo para falar sobre isso. Há esse pedido feito ao Senhor Presidente para formalizar de fazermos uma Assembleia Municipal Extraordinária para duas questões essenciais, três, aliás. Um, a Revisão, que tem que ser aprovada em termos de Assembleia Municipal, como é óbvio, para ser posta em prática.

Segunda questão, o empréstimo da Reutilização da Água, que foi aprovado hoje em reunião de Câmara e tem que vir, necessariamente, à Assembleia Municipal. Agora, o Financiamento BEI, a parte do que é a prerrogativa apareceu posteriormente à Convocatória e, portanto, naturalmente, que num documento destes não quisemos colocá-lo desta forma e foi consensualizado com o Senhor Presidente da Assembleia ser feito através de uma Assembleia

Municipal Extraordinária, propondo isso a Câmara ao Senhor Presidente, o agendamento dessa reunião da Assembleia Municipal Extraordinária.

A outra questão tem a ver com o PT 2030. O PT 2030, ontem foi a reunião da CIM sobre os critérios financeiros. Como nós aqui já falámos e este dado é importante porque nos vai vincular até 2030, senão houver depois prorrogações, mas, pelo menos até 2030. E o nosso entendimento é que terá que ser um Programa que, de alguma forma, não sendo fácil, que seja o mais consensual possível. Passa para além do mandato deste Executivo. E mesmo que não passasse, faz sentido que seja o mais consensualizado possível.

Dito isto desta maneira de uma forma elíptica, temos 118 milhões de euros para a CIM Viseu Dão Lafões, para os 14 Municípios. Desses 118 milhões de euros, há uma perca em relação ao que era o Quadro Comunitário anterior porque nós, por exemplo, o Município de Nelas foi muito ao PO SEUR, fora do que era o PACTO que são a verba para cada Município dentro da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões. Desses 118 milhões de euros, na anterior eram cerca de 180 milhões de euros. Portanto, há uma perda, digamos assim, dos vários Programas Operacionais, mas é verdade que agora também há o PRR com linhas de financiamento. Portanto, as contas também se fazem no fim. Não podem ser assim de uma forma também tão linear.

Desses 118 milhões de euros, 23 milhões de euros são para projetos supramunicipais no âmbito da CIM, seja a Promoção do Sucesso Educativo, seja o apoio a candidaturas do Setor Industrial, seja o Setor Empresarial, da Inovação e muito bem, seja no Turismo, na promoção do Turismo. Portanto, este está alocado. Ficarão 94,5 milhões de euros.

A dotação orçamental dos 118 milhões de euros, primeiro, são 5.329.000,00 euros para o Município de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente da Câmara, peço desculpa mas está-se a afastar do ponto da Ordem de Trabalhos, do Relatório de Gestão.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, eu sei mas isso, com certeza, já lá regresso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vamos centrar-nos no Relatório de Contas de 2022.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, eu sei mas isso, com certeza, já lá regresso. Só para concluir esta parte que é importante até para essa discussão que vai ser pública, que é agora colocar essa verba distribuída ao Município de Nelas nos investimentos nas áreas que quer fazer. E, portanto, é só para dar esta nota, que eu achava que era importante, já que estamos a falar de Contas e já que estamos a falar de opções, dar essa nota também à Assembleia Municipal que essa discussão será feita em sede de Assembleia Municipal.

Então, dizer ainda que no que era o valor pago da dívida, que foi também feito dessa forma. E dizer ainda que nas enfases que nós temos, por exemplo, entre outras questões, do próprio documento que nós apresentámos aqui, dar destaque a duas, ou três coisas: Conforme apresentada a Execução Orçamental da Receita e da Despesa, foram de, aproximadamente, 14.085.000,00 euros. Apuramos um Saldo de Gerência de, aproximadamente, 1.047.000,00 euros, onde 825.986,00 euros provêm de Operações Orçamentais e vão ser integradas numa Revisão Orçamental. E 643.257,00 euros são relativos a Operações de Tesouraria.

O grau de Execução global das Receitas foi de 66%. Portanto, o Resultado Líquido são 780.000,00 euros que nós já falámos. E o Município de Nelas, conforme demonstrado, cumpriu na Execução Orçamental do ano de 2021, a regra de Equilibrio Orçamental correspondente ao total

das Receitas Correntes e das Despesas. E, como está, devidamente, elencado no Relatório dos ROC,s e já lá vamos daqui a pouco, de uma maneira sucinta e que o Município de Nelas, em 31/12/2022 arrecadou mais Receita, com cerca de 1.358.473,00, mais 10% do que relativamente ao período homologo do ano anterior, do qual reduz o montante de 103.397,00 euros referente à variação negativa do Saldo de Gerência anterior.

Dizer que o que são os Quadros comparativos dos rácios da Demonstração Económica Financeira de 2021 para 2022, há nos rácios uma liquidez geral de 2021 de 98,08% para 108,68% em 31/12/2022. Que na liquidez reduzida há uma evolução de 92,61% para 101,90%, de 2021 para 2022. É sempre esta bitola de comparação. Que a liquidez imediata passa de 14,14% para 18,71%, de 2021 para 2022. Que o endividamento é reduzido de quase 42,62 % para 39,25%. Que a autonomia financeira que está no Balanço dos ROC,s, também está no Mapa de Demonstração de Resultados. Que a autonomia financeira passa de 57,28% a 31/12/2021 para 60,75% em 31/12/2022. E que o grau de cobertura do Ativo fixo passa de 100,71% para 102,53%. E que o peso dos gastos com o Pessoal nos custos operacionais é de 75% para 92,81%.

Portanto, os rácios de Demonstração Financeira têm estas evoluções. Mas também não vamos tentar dourar a pilula não dizer que o resultado, que a Prestação de Contas são só coisas positivas. Há duas, ou três coisas que, naturalmente, poderemos e deveremos falar sobre elas. A primeira tem a ver com os custos com a Despesa Corrente, em particular, com os Encargos de Pessoal derivado de três questões fundamentais: A primeira tem a ver com as consolidações que foram feitas. Nós tivemos um processo de consolidações de 51 Funcionários da Autarquia, de 51 Colaboradores. E no ano de 2022 foram consolidados 28 Funcionários. Implica um valor supletivo no período homólogo de mais 250.000,00 euros. E estamos a falar da delegação da transferência de competências que já vem aqui, devidamente, também plasmada e já tem aqui a sua expressividade.

Dizer ainda que houve uma outra questão que é o Governo, este, mas podia ser outro qualquer, generosamente, faz as atualizações remuneratórias e de posicionamento, mas depois isso no que é a almofada financeira para os Municípios não vem. E, portanto, houve custos acrescidos e houve reposicionamentos remuneratórios. Houve atualizações atualizadas a 1 de janeiro e como vai haver este ano. Este ano, aliás, com menos expressividade.

No que concerne à Execução da Despesa e da Receita Corrente há um dado que é positivo, que é a Despesa de Investimento é superior à Receita de Investimento. O que quer dizer que houve erário do Orçamento Municipal que suportou e custeou Despesa, em particular em projetos que vinham e que não foram alvo de financiamento, ou que tiveram custos muito exponenciais derivado de diversas questões, do pró COVID-19, da guerra da Ucrânia, de questões relacionadas com a inflação e com a Revisão de Preços, mas, desde o Mercado Municipal, o CRO, o próprio Reservatório, por exemplo. E, portanto, são estas questões que estão, de alguma forma, espelhadas.

Em abono da verdade, há duas situações que espelham o que é a Execução da Despesa de Capital, que é a Área de Acolhimento Empresarial e a questão do Projeto de Reutilização da Água que, de alguma forma, se, eventualmente, um desistisse, por exemplo, ou outro estivesse em Execução, melhoraria, claramente, esta questão do desempenho.

Para terminar esta primeira, deixar, então, o que é o Relatório dos ROC,s que tem um ponto onde diz que o Município apresentava em 31 de dezembro de 2022 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei. Dizer ainda que a Demonstração de Execução Orçamental da Receita evidência um total de Receita apurada líquida de 15.189.234,00 euros. E a

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa líquida paga de reposições de 14.363.238,00 euros.

Para concluir, dizer que do Relatório dos Revisores Oficiais de Contas, ainda na Demonstração de Resultados, que a variação do Resultado Líquido do Exercício de 2021 para 2022 encontra justificação material nas seguintes situações: Derivado, particularmente, com impostos, com as atualizações e uns dispositivos do IMT, que é sinónimo também positivo para a Autarquia em 479.000,00 euros. A diminuição do fornecimento de serviços externos em 178.000,00 euros. E, naturalmente, aquilo que nós já falámos do aumento com o gasto com o Pessoal de 1.239.000,00 euros. Um milhão de euros decorrentes da transferência de competências e o remanescente destas questões de atualizações e das consolidações.

As análises financeiras de rácios, também já falámos sobre elas. Dizer que, no que concerne à liquidez geral e liquidez reduzida, verifica-se que os rácios sofreram uma variação positiva passando, respetivamente, de 98% e 93% em 31/12/2021 para cerca de 109% e 102% em 31 de dezembro de 2022.

Em termos globais, a Execução Orçamental do Município, com referência a 31 de dezembro de 2022, apresenta-se positiva tendo em conta a execução da Receita total ser superior à execução da Despesa total, o que permite um controlo orçamental.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que concluiu.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, concluí.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então dava a palavra agora aos Senhores Deputados depois desta introdução prévia ao Relatório de Gestão. Faz favor de se inscreverem. Já sabem que neste Período têm 5 minutos para cada intervenção. Uma inscrição. Não havendo mais, tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Monteiro.

A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Público em geral.

Boa noite.

Ora bem, eu, em primeiro lugar, é inevitável, tenho que mostrar o meu desagrado perante o pouquíssimo tempo que tive para analisar isto tudo. Reconheço que é impossível. Eu digo: É impossível. Acho que é, pronto, é impossível. E não vou tecer mais comentários.

Relativamente ao Relatório de Gestão, eu penso que deveria, na minha opinião, deveria haver um bocado mais de cuidado no formalismo e no cuidado ao fazerem o próprio Relatório de Gestão porque é um documento de extrema importância, nomeadamente, na correção das datas porque estão a fazer uma Prestação de Contas de 2022 e começam, na introdução, a dizer que estão a analisar o Exercício Económico de 2021. Está em dois locais, isso logo na página n.º 3.

Também me parece que têm que ter atenção quando dizem que vão apresentar as Contas com base no POCAL, que não é porque o Anexo é de acordo com a SNC-AP. E, portanto, isto, têm que ter atenção, até porque evidenciam uma Lei que não está a ser apresentada.

Há vários Quadros que também penso que têm que ter atenção porque referem o título do Quadro é sempre 2021, o que é mentira, nomeadamente, na página 9, há em vários, na página 11.

Mas há mais, na página 18, fazem uma variação das Rubricas Gerais da Demonstração de Resultados, em baixo é 2021/2022, mas no título é 2020/2021. Penso que tem que haver um bocadinho mais de rigor, até porque isto, Senhor Presidente, está assinado por si.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada.

A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:

- Não, não. Tenho mais.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ai não? Peço desculpa. Disse que era tudo. Eu percebi que era tudo.

A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:

- Não, não. É tudo relativamente ao Relatório de Gestão. Vamos às outras.

Ora bem, depois, relativamente aqui, há aqui umas questões que eu, é assim, há determinadas rubricas, quer no Balanço, quer na Demonstração de Resultados e esses numerozinhos que estão aí nas notas que são, justamente, isso. Para nós irmos ao Anexo, ao Balanço e à Demonstração de Resultados analisar o que é que lá está. Não é? Para podermos verificar a divulgação destes mesmos itens.

Pronto e o que eu verifico é que há determinados itens que não estão divulgados na Demonstração de Resultados. No entanto, quer no Balanço, quer na Demonstração de Resultados, fazem menção que estão divulgados. Mas não estão. Por exemplo, vamos lá: Por exemplo, os Deferimentos na parte do Ativo, que diz que está no ponto 23, só têm a divulgação dos Diferimentos do Passivo. Há Diferimentos no Ativo e no Passivo. Os do Passivo foram divulgados e explicados. Pronto, explicados. No Quadro, foram explicados. Mas os do Ativo não estão, por exemplo.

Depois, por exemplo, as outras Contas a Receber também não estão divulgadas. Páginas 74 a 83 também não está.

Relativamente, por exemplo, olhe, esta aqui. Nas Imparidades, nas Imparidades, isto aqui até é curioso porque depois eu até fui ver e poderia ter aqui havido aqui um lapso e ter só mencionado um ponto e ser em mais do que um ponto. Mas, por exemplo, nas Imparidades não consigo ver, portanto, para constituir uma Imparidade, uma Imparidade de 61.957,62 euros. Muito bem. Mas se formos analisar o ponto 9 diz lá que não há nada a divulgar.

E, depois, mais à frente, na página 79 onde menciona novamente as Imparidades e que remete para o ponto 9, ponto 5, alínea b). Mas se for ao ponto 9 ponto 5, alínea b), não tem nada. Ou seja, nem tem nada num lado, nem tem nada no outro. E a minha pergunta é: Estas Imparidades provêm de onde? Porque não está explicado. Não está no Anexo. Não está. Menciona, mas diz que não.

Esta Imparidade, note-se, esta Imparidade está aqui, mas esta Imparidade não é sinónimo que a Imparidade seja deste montante. Eu posso ter uma Imparidade maior e ter tido Reversões menores. E isso faz toda a diferença. Eu dizer que tenho uma Imparidade de 61.000,00 euros é diferente de eu dizer que eu tenho, por exemplo, uma Imparidade de 160.000,00 euros e tenho Reversões de 100.000,00 euros. É só. Mas o significado é diferente e daí a necessidade. O que conta é a diferença. Mas tem significados diferentes. Daí a importância de divulgar no Anexo e não está, nem num local, nem no outro.

Também, relativamente, por exemplo, às Provisões e aqui eu vejo uma Reversão e eu não sei, só diz que há uma Reversão e diz lá que é uma Reversão no Quadro. É no ponto 15. Mas esta Reversão é de quê? Eu penso que uma Reversão de uma Provisão deve ser divulgada não só, eventualmente, num Quadro, mas sim, explicada porquê? De onde vem? Quais os processos que,

realmente, foram resolvidos? Foram resolvidos? Foram a Tribunal e eram decididos a favor do Município e, como tal, o Município reverteu a Provisão que inicialmente tinha feito? Porque é esse o significado de uma Provisão. E, isso, na minha ótica, não está, devidamente, explicado no Anexo. E deveria estar.

Relativamente aos pontos dos Outros Rendimentos e Outros Gastos que estão no ponto 23 e estão, realmente, efetivamente, estão na página 115 do Anexo e estão lá. É verdade. Esse tem um quadrozinho. Mas penso que, atendendo ao valor significativo, nomeadamente, isto, quer nos Gastos, quer nos Rendimentos, nos dois, nos valores constantes de Correções relativas a períodos anteriores e, principalmente, Outros não especificados, eu penso que haveria necessidade de explicar um bocadinho o que é que são Outros. Outros, é que num Balancete nós temos acesso a mais detalhe. Mas aqui não. E penso que deveria ser um bocadinho mais explicado. É na página 115.

Por último e, agora, sim, por último, relativamente ao Mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa e também conjugando este Fluxos de Caixa com o que está na Demonstração de Resultados em juros e em Rendimentos similares obtidos, que também está divulgado no ponto 23. Está sim Senhor. No entanto, se eu conjugar o que está no ponto 23 que remeto também para a página 116 em que lá está explicado bem. Combina o valor. No entanto, nos Fluxos de Caixa só diz que teve juros e rendimentos similares recebidos. No entanto, diz que tive Dividendos obtidos. Mas, no Fluxo de Caixa, os Dividendos não estão registados. No Fluxo de Caixa não estão cá.

Não, não, o Fluxo de Caixa não tem a ver com os Mais Relevantes. O Fluxo de Caixa tem a ver com todas as entradas e todas as saídas de dinheiro. Então, não houve entradas deste valor? Só foi reconhecido o Rendimento? Não, neste não está espelhado. Não, é que se me disser que os Dividendos podem estar em Rendimentos e não estarem no Mapa de Fluxos de Caixa. Não é obrigatório. A menos que, agora se foi recebido tem que estar no Fluxo de Caixa. Se não foi recebido, então é um acréscimo de rendimentos e está, justamente, em acréscimo de rendimentos.

Está no Ativo esse valor para ser recebido posteriormente. Agora, se foi recebido, tem que estar aqui. Isso, aí, é certo. Pronto, só que, como no Anexo está cá o valor, na Demonstração de Resultados está, mas como no Fluxo de Caixa não está, é só esse reparo que eu estou a fazer.

E penso que, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Para responder às questões da Senhora Deputada Alexandra Monteiro. Não se tinha inscrito. Quer-se inscrever agora? Muito bem. Faz favor Senhor Deputado Rui Costa. Não há problema nenhum. Bem, não há diálogo.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Quer-se inscrever? Está à vontade. Só peço é que não intervenha. Está bem? Como costuma fazer. Muito obrigado.

Então, vamos à legalidade do Relatório. Falou-se aqui que o Relatório falava no POCAL e que não deveria ser. Que deveria ser o Decreto-Lei n.º 192/2015, o SNC-AP. Foi esse, não foi? Mas, se calhar, esqueceu-se que, realmente, esses reparos têm que vir complementados com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, das regras aplicáveis à assunção de compromissos. E, mais: a Lei n.º 73/2013.

Portanto, quando se fazem aqui reparos e que dizem-se que as coisas estão mal e que deveriam ser alteradas para isto, deveriam ser alteradas para, realmente, o que é que a Lei diz. E, portanto, fica aqui registado nesta Assembleia os Decretos-Lei que devem constar deste documento. Correto?

Depois, quanto à parte de análise do que é este documento, se calhar, esquecemo-nos aqui alguns Quadros. Se calhar, Quadros económicos financeiros da liquidez geral. A liquidez geral, de 2021 para 2022, aumentou de 49% para 69%. O endividamento baixou de 43% para 39%. A autonomia financeira aumentou de 57% para 21%. E também não vou dizer que está tudo bem. Tudo ótimo. O Património baixou de 91% para 84%. Correto?

Mas, vamos analisar o Exercício deste Executivo e vamos falar de uma coisa que eu, durante cerca de 5 anos, ouvi aqui: Dívida. Dívida. E, então, eu, para vos corrigir e avivar a memória, porque algumas pessoas não tinham dados certos do que era a dívida, a dívida, em 31 de agosto de 2021 rondaria os 17.800.000,00 euros. Acontece que, após este Executivo tomar posse, em novembro caíram um milhão e não sei quantos mil euros de faturas. Algumas cabimentadas. A maior parte delas não cabimentadas, que ainda estão em Tribunal de Contas até para resolver e para saber se, realmente, o Executivo anterior agiu em conformidade da Lei.

E, meus amigos, em 31 dezembro de 2021, passado um mês e pouco deste Executivo, é óbvio que este Executivo não fez dívida. E num mês e pouco, é pá, mal feito fora, recebeu o ordenado e pouco mais. Tinha e vou-vos dizer, 19.200.000,00 euros de dívida. Dados: Estão aqui. Posso mostrar. Não esteja a dizer que não. Está aqui. Eu fiz o trabalho de casa e pedi estes dados á Contabilidade da Câmara Municipal.

Bem, o trabalho, posso dizer que é pouco, é pá, fazem aí umas coisas, etc. Realmente, Nelas até é ouvida a nível nacional porque tem sentidos proibidos em todo o lado. Não se consegue circular porque, é pá, há atividades ali na Av.ª João XXIII e noutros sítios, como é óbvio. Se calhar, o Mercado Municipal, com aqueles Trabalhos a Mais, cerca de 200.000,00 euros, que foram pagos também por este Executivo e que não estavam cabimentados no Executivo anterior, também estão contemplados. Essas coisas são feitas.

Mas, de qualquer maneira, eu vou-vos dizer e vou-vos lembrar de 19.200.000,00 euros chegamos a 31 de março de 2023 com 16.900.000,00 euros de dívida. Ou seja, ginástica matemática, são quase 3 milhões de euros de pagamentos de dívidas anteriores que foram, realmente, baixadas nesta governação e que nos dão poder para contrair, se for necessário, mais dívida para outros investimentos. Portanto, isto é um Exercício de Contas anuais. E que fique bem claro: A 31 de março, para analisarmos daqui a um ano, são 16.900.000,00 euros. E registados em ata nesta Assembleia. E depois falamos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, atenção ao tempo, 5 minutos.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Não. Fico por aqui, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Faz favor. Segundo o Regimento tem direito a maios 5 minutos.

A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:

- Não preciso de tanto.

Eu, agora, queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Eu gostava de saber se há alguma obrigatoriedade da minha parte em fazer um determinado número de questões, ou se eu posso fazer aquelas que eu entendo sobre o assunto que estamos a debater? E se há algum tempo, temporal, que eu tenha que obedecer?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Deputada, relembro o artigo 24.º do Regimento.

A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:

- Desculpe. Relativamente ao Relatório de Gestão e quando eu menciono o rigor é que tem que haver rigor entre as várias partes. E o Anexo ao Balanço fala, única e exclusivamente, no SNC-AP. Como tal, devem estar em conformidade as várias Demonstrações Financeiras. E foi esse o meu reparo e nada mais.

Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Em relação à sua pergunta diz o artigo 24.º: Para a discussão de cada ponto da Ordem do Dia há um período inicial de 30 minutos, não podendo qualquer Membro da Assembleia exceder 5 minutos de intervenção, exceto na primeira intervenção do Líder da Bancada, ou seu representante, que pode ser alargado para 10. Se quiser mais 5 minutos, faz favor. Não quer. Então, obrigado. Então, faz favor Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia.

Ex.m.ª Mesa.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados Municipais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

De facto, o Rui Costa, como é habitual, vai sempre contestar o que nós dissemos. Nunca toma a dianteira. Fica sempre para mandar umas buchas.

E, pegando nessas buchas, eu agora aproveito para fazer a mesma coisa porque o Rui acabou a dizer que a Câmara pagou, acabou a pagar dívidas anteriores. Mas esquece-se de enunciar os Proveitos anteriores.

Se não, vejamos, basta um caso. As Receitas de Capital foram de 1.737.000,00 euros,17%. E os pagamentos foram de 3.900.000,00 euros, à volta disso. Não, Aquisição de Bens de Capital, 3.148.000,00 euros. Não é? Por acaso, até são 600.000,00 euros inferiores às do ano passado.

Portanto, aqui não houve nenhum milagre. Portanto, se a Câmara só conseguiu 1.700.000,00 euros de Receitas de Capital e consegue pagar, depois em Despesas de Capital, 3.968.000,00 euros, se calhar, foram Proveitos dos Quadros Comunitários que entraram aqui para se pagar essas Despesas. Não é tudo Despesas. Também há Proveitos. Ou não? Pronto, é só isto aqui que só vê uma coisa e não vê a outra.

Obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. E também terá mais 5 minutos porque também é Líder. Ora bem, não havendo mais intervenções, então dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões da Senhora Deputada Alexandra Monteiro, do Senhor Deputado Rui Costa e do Senhor Deputado António Borges dos Santos. Faz favor Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito bem, obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

No que concerne à intervenção da Senhora Deputada Alexandra Monteiro dizer que, naturalmente, esses, digamos assim, dados que reportam do estado de 2021 para 2022, há, de facto. Obviamente que ninguém gosta que isso esteja lá. E a referência ao POCAL, naturalmente que é uma coisa que vem feita e, eventualmente, tramitou daí. Mas a responsabilidade, em última

instância, é nossa, é minha, se assim o entender porque o documento quem o apresenta sou eu. E, de facto, são coisas para corrigir e agradeço as suas questões.

Nós vimos isso também depois. As primeiras leituras, ou a leitura é feita para outras coisas que nós achamos mais relevantes e, se calhar, passa isso do enunciado de um quadro, eventualmente. Mas, o que de substantivo, também deixo a anotação que no que concerne ao Relatório de Gestão, a única coisa que a Senhora Deputada evidenciou foi a questão da referência ao POCAL e a questão de datas não estarem formuladas. O Relatório de Gestão, parto do pressuposto que concorda com o que lá está.

No que concerne aos dados enunciados e algumas questões, nós tentamos que o documento seja cada vez mais esclarecedor, que espelhe, de alguma forma, todas as questões. E temos vindo até a falar nessas questões, quer nas Provisões, nas Despesas Contingentes, enunciar isso. E temos, naturalmente, ido ao encontro daquilo que nos é sugerido.

No documento, muito do que afirmou, os Quadros e mesmo a questão dos Dividendos, sim, estão espelhados, devidamente, no que falou nos outros Proveitos, nos outros Rendimentos que estavam lá. Não estando no Quadro, a Senhora Deputada depois há-de ver que nas Atividades Mais Relevantes e nas Grandes Opções do Plano, estão lá, Senhora Deputada. Pode evidenciá-las, facilmente.

A outra questão também que está aqui, as outras sugestões para haver um outro Quadro onde estejam desdobradas as coisas, mas não deixo de lhe dizer uma coisa: Eventualmente, se o Quadro estivesse cá também definido em vez de estar espelhado e em vez de estar mais espalhado e estar concentrado, Senhora Deputada, iremos fazer todo o sentido de que numa futura. Eu, deixe-me dizer isto e, sinceramente, nós, democraticamente, não podemos concordar, necessariamente, com as pessoas, mas, naturalmente, quando as indicações, ou as sugestões são válidas e pertinentes, num, ou noutro caso, obviamente que a iremos levar em linha de conta.

Também infiro que, no que concerne à Prestação de Contas, não é tanto a substância, que não me parece que haja assim contestação de maior, mas no formular do próprio documento, uma outra questão que a Senhora Deputada possa colocar em causa.

A intervenção do Senhor Deputado Rui Costa é uma intervenção que não me parece que tenha sido feita nenhuma pergunta à Câmara, ao Presidente da Câmara. Não me pareceu de todo. Pareceu-me mais uma afirmação em jeito de comentário do que, propriamente, outra coisa.

Ao Senhor Professor António Borges, ao Senhor Deputado António Borges, não houve milagres. Mas também nunca ninguém disse que os houve. Aliás, eu comecei a intervenção a dizer, precisamente, isso. Não há milagres e o que nós tínhamos falado ali, naquele hiato, é o seguinte: O que é Receita de Capital, os 17% e na Despesa de Capital, que houve valor acrescido, tem a ver muito com o que foi feito com recurso à Conta e ao Orçamento Municipal. E, portanto, é isso que está lá espelhado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Então, não havendo mais intervenções, nem pedidos de esclarecimentos, iríamos proceder à votação deste ponto n.º 2 do Período da Ordem do Dia.

Então, quem se abstém? Serão todos os Senhores Deputados do Partido Socialista e mais o Senhor Deputado João Paulo. Quem vota contra? Não há nenhum voto contra. Então, está aprovado por maioria. Então, a minuta.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. l), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2022 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos pôr a votação, a minuta: Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada a minuta por unanimidade.

Então, damos por encerrado o Período da Ordem do Dia. Não sei se os Senhores Deputados querem um intervalo de dois minutos antes de passarmos à Intervenção do Público. Não vale a pena. Muito bem. Muito obrigado. Então, passaríamos, diretamente, para o terceiro Período.

Estimado Público, como sabem, faz favor, quem se quiser inscrever é dizer o nome, a morada e qual é o assunto. Portanto, já temos duas inscrições. Senhor Arlindo Duarte. Ainda não disse o tema. Assuntos diversos, isso é muito vago. Faz favor de concretizar qual é o assunto. Obras? Sim Senhor. Luís Ribeiro. Mora em Nelas, naturalmente e qual é o assunto? Cemitérios e estradas. Faz favor.

O Senhor Arlindo Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhoras Secretárias.

Senhoras e Senhores Deputados.

Senhores Vereadores.

Estimado Público.

Boa noite a todos.

Vou ser muito rápido, como o costume.

Gostava de saber se e para quando é que a nossa Câmara vai pôr em exercício o Serviço Móvel para os Cuidados de Saúde e Apoio Social, como estava previsto no Programa da Campanha Eleitoral.

Também se há o acompanhamento aos nossos Idosos, quer na alimentação, quer na sua higiene.

Se vão fazer novos Lares e Centros de Dia no nosso Concelho.

Requalificação dos locais históricos de interesse público.

Fala-se nos lugares históricos e há uma coisa que nós temos no nosso Concelho, felizmente, apesar de haver alguns contratempos, temos uma Zona que é as Termas das Caldas. Já pedi mais do que uma vez, faço campanha de Turismo e tudo o mais e será que não há uns eurozitos a mais para porem, um painel alusivo às Termas das Caldas da Felgueira, nomeadamente, no cruzamento da Estrada Nacional n.º 231 para as Caldas da Felgueira?

Passam ali muitos autocarros, muitos, mesmos, que vão para a Serra da Estrela e não há li um painel a indicar que as Termas ficam a cerca de 2, 3 quilómetros.

Como é que está a situação da Praia Fluvial, que é uma Praia que já vem há muitos anos. Já foi feito lá um, eu direi, um barraco, está lá um barraco. Gostaria de saber quando é que, realmente, esta Câmara, também eu sei que o dinheiro é pouco, ainda agora vi Contas, pronto, mas se está previsto para, brevemente, ou não, fazer a Praia Fluvial?

Também criar Bolsas de Estudo para as pessoas mais carenciadas. Eu sugeri, já há muitos anos a esta parte, para que, porque os Professores não são todos iguais. Eu não estou a dizer mal dos Professores, atenção. Mas cada um tem o seu critério de notas, de dar notas aos alunos e eu

sugeri já há uns anos atrás que fossem 5 alunos de Canas de Senhorim e 5 de Nelas. Evidentemente, com mais notas e que as suas Famílias são carenciadas. Ou seja, é capaz de haver muitos alunos, não só em Nelas, como no nosso País, com mais capacidades de que muitos, onde eu estou incluído e não têm capacidades económicas para poderem tirar um curso superior.

Já agora, também gostava de saber como é que está a posição entre a Câmara Municipal de Nelas e as Termas das Caldas da Felgueira porque, como é conhecido de muita gente, há uma verba de arrendamento que as Termas não têm pago à Câmara. Como é que está essa situação?

Se está previsto para breve fazer uma ETAR, ou duas, na Zona de Senhorim porque, como toda a gente sabe, pelo menos as pessoas que são de lá, não há uma ETAR naquela Zona. São fossas. E muitas das vezes, sabem como são as fossas. Cheira, pessimamente, mal, para não dizer outra coisa.

Gostaria de saber também como é que estão os passeios, nomeadamente, em Canas de Senhorim. E isto é uma proposta do Presidente atual da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, de quem eu sou amigo, como é que estão os passeios nas ruas, passeios que não existem, se vão fazer. Outros são de ruas estreitas que é mais dificil, de um lado fazer passeios, mas, pelo menos, de um lado, mas se não tiver um metro, tem 80 centímetros. Como é que está essa situação?

Obstáculos que nós encontramos lá, nomeadamente, mais uma vez venho aqui dizer e eu sou chato e o Senhor Presidente da Câmara sabe que eu sou chato nesse campo. Mas a amizade continua. Mais uma vez vou falar nas lombas, na água que passa nas ruas que o Senhor Presidente da Câmara conhece, o Senhor Presidente da Junta conhece. Ainda agora, faz amanhã 8 dias, choveu um bocadinho, fossem lá ver como é que estava a rua. Completamente obstruída de água.

A barroca, hoje andaram lá. O Senhor Presidente deve ter conhecimento. Só que andaram de manhã. Encostaram a máquina antes do almoço. Algum dos Senhores lá foi à tarde? Eles também não. Mas a máquina está lá. Se é para continuar, ou se fica ali?

Portanto, já falei nas lombas. As passadeiras continuam sem ser feitas. Há passadeiras urgentes. A Escola do Fojo, em Canas de Senhorim, não tem uma passadeira em frente á Escola para que as crianças passem.

Eu é só mais um minuto Senhor Presidente. Há pessoas, que já disse mais do que uma vez, com filhos em cadeiras de rodas, que atravessam uma rua, que é a Avenida da GNR, aquilo tem outro nome qualquer, mas da GNR, ao fundo não tem passadeiras.

É um bocado de tinta. Se não há dinheiro para a tinta, há pessoas que dão a tinta para pintarem as passadeiras. Só que não podem pintar porque se são apanhados a pintar sabem como é que é.

Também fazer WC,s nos cemitérios onde não existem porque há cemitérios que não têm WC,s. As pessoas vão para o cemitério, se tiverem necessidades, um homem desenrasca-se. Vai atrás de um pinheiro. A mulher, é complicado.

Alcatrão, alcatrão, digo, fez-se uma boa obra aqui em Nelas e em Canas de Senhorim a pôr alcatrão. Mas foi uma obra que apareceu de um dia para o outro. Foi feita. Há alcatrão há anos que não existe, nomeadamente, ao pé da Igreja de Santar, na Estrada de Carvalhal Redondo, há um Bairro na Urgeiriça que é terra batida. As pessoas entram para dentro de casa com os pés cheios de lama. Não há alcatrão.

Portanto, eu tinha aqui mais coisas, mas, atendendo cumprir o horário e agradeço a parte do Senhor Presidente. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Luís Ribeiro, faz favor.

O Senhor Luís Ribeiro:

- Na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento toda a gente da Assembleia.

O que me leva aqui é só uma situação que já passou 3, ou 4 vezes, no cemitério de Nelas.

Há um funeral. O Padre faz as suas rezas. E quando vai mandar a urna para a cova não há Coveiro. Não foi uma, não foi duas, não foi três. Se o Coveiro tem mais que fazer àquela hora do funeral, a Câmara tem que ver que não pode estar nos dois lados.

Essa é a primeira. Três, quatro vezes. E no último funeral aconteceu isso, no último. E é muito chato para as Famílias. É muito chato para quem está presente. As pessoas vêm de fora e dizem assim: Mas que raio de vida é esta num funeral? Não foi uma, nem duas, nem três. O Coveiro não está presente. Pronto, tem que se estar á espera dele.

Agora, eu, na coisa das estradas, as estradas para o cemitério novo, há ali 300 metros que aquilo, podem-se lá semear batatas. Depois da Ponte são 300 metros, os carros não conseguem lá passar. Qualquer dia começam a aparecer as contas à Câmara dos estragos que os automóveis fazem.

É só isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Luís Ribeiro. Então, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Agradecer, naturalmente, as intervenções dos Senhores Municipes Arlindo Duarte e Luís Ribeiro.

Começando pelo Senhor Municipe Arlindo Duarte, que disse que iria ser sucinto e que tinha uns pequenos pontos para apresentar, vou tentar ser mesmo sucinto. O Serviço Móvel de Apoio Social que está candidatável, está em processo, sim, que é um procedimento que está a decorrer. Julgo que está a falar do Serviço Móvel de Apoio à população. Está contratualizado em termos de CIM. Portanto, está a aguardar que haja essa distribuição das viaturas para os Municípios todos que compõem a CIM.

No acompanhamento dos Idosos, muito do que é feito no acompanhamento dos Idosos há muitos anos, é feito através das IPSS,s e com questões relacionadas de Apoio Social, que está inserido, inclusivé em sede de CLASN, em sede do apoio social que é feito, onde o Município está inserido.

Nesta questão, deixe-me só relevar aqui um projeto, muito rapidamente, que é o EGuard, que foi celebrado recentemente, que é um apoio que é fundamental. Tem a ver com um projeto levado a cabo pela GNR e que tem a ver com uma espécie de teleassistência. O aparelho é testado. É, perfeitamente, mondável até uma eventual queda. Tem um sistema de resiliência que reporta à Central onde está a GNR. Se o Idoso, basta clicar naquilo e ativa ativamente o Posto mais perto. E é um apoio grande no que é o apoio à população mais idosa, particularmente, a que vive mais isolada, mais fragilizada e em situação de isolamento.

Novos Lares e Centros de Dia, até agora o que tem havido, em termos de candidaturas, não têm sido, perfeitamente, concretizáveis. Fala-se que possa haver um financiamento também ainda no PRR. Mas, até agora, não tem havido, ou o que já houve, também já foi consignado.

Do que concerne, não sei se está a perguntar o que é que o Município, ou este Executivo pensa no que seja em termos de Centros de Dia, há, claramente, dois compromissos assumidos, não invalidando com o que existe, tem a ver com uma rede alargada do Concelho.

E, independentemente de todas as IPSS,s que há aqui e há aqui gente que faz parte de IPSS,s em apoiar para modelos de desenvolvimento e oferecer melhores condições de apoio à

nossa população sénior, dizer que há aqui, claramente, um compromisso por parte, não é deste Executivo, acho que é do Município, de nós todos, que é com Carvalhal Redondo, com um Centro de Dia e com Senhorim, que é uma Freguesia com bastantes localidades, com uma população envelhecida e que não tem nenhum Equipamento Social, que não tem nenhum Equipamento de resposta, digamos assim, comunitária e que tem um Jardim-de-Infância, não tem Escola do Primeiro Ciclo, que foi descontinuada.

E, portanto, no que é a coesão territorial, no que é o que nós tenhamos de solidariedade institucional e de apoio em termos do nosso território, do nosso Concelho, do nosso Município, são, claramente, apostas que possam ser feitas. Uma linha que há, de fazer isso, é através de Centros de Dia e respostas sociais, não Lares, que não há essa abertura para já tipificada para esses concursos, mas o projeto tem que começar por algum lado e um Centro de Dia, ou um Centro Social, são projetos que fazem sentido.

A requalificação dos espaços históricos tem a ver com a questão até do que nós falámos até do PT 2030, se calhar, deixávamos isso para quando fosse, nessa altura, das linhas orientadoras que este Executivo vai propor, sendo certo que mais do que os espaços históricos que também são importantes, ou tanto, tem a ver com os espaços públicos, de definição pública, sejam eles, até o próprio este edifício que tem questões para resolver, ou as Piscinas Cobertas, ou o Pavilhão Municipal, ou as Escolas, que não as candidatáveis.

No que concerne às Termas das Caldas da Felgueira, o painel implica também haver ali uma outra questão com autorizações. Mas, Senhor Arlindo, deixe-me que lhe diga uma coisa: O painel já merecia ser colocado por tanta vez o Senhor falar no painel para ser colocado na referência às Termas das Caldas da Felgueira.

Sobre as Termas das Caldas da Felgueira foi submetido um projeto uma candidatura à ADD, que tem a ver com parte da requalificação do edificado, com o montante que havia disponível porque a Autarquia já tinha candidatado também ao mesmo Programa e há ali um período onde não se pode candidatar e tem uma dotação mais reduzida, digamos assim, mas tem a ver com a requalificação, em particular, da zona ribeirinha, acho que é importante ser dito isso, recriar até algumas coisas com capacidade de atração, promover a limpeza do espaço, que vai ser feita a breve trecho.

E, de alguma forma, fazer um projeto que havia ali muito interessante, que era um percurso pedestre junto à margem do Rio que fosse, simultaneamente, um percurso para ser para as Famílias usufruírem com painéis, já que estamos a falar de painéis ilustrativos do que é a fauna e a flora, numa perspetiva pedagógica também, na promoção e educação ambiental. E isso está nesta candidatura que deverá ter resultados, ou a aprovação do que foi submetido durante este primeiro semestre.

Dizer-lhe ainda que no que concerne à Praia Fluvial é uma questão que nós colocámos até nosso Programa Eleitoral, que submetemos. Continuamos a acreditar nisso. Não é uma ideia inovadora. A Praia Fluvial das Caldas da Felgueira é um projeto que quase todos que estamos aqui nos lembramos ser uma questão com 40, 50 anos, já em Democracia e até antes. E no que concerne a essa questão há essa ideia de fazer a Praia Fluvial. É por trechos. Esta primeira parte, aquela requalificação. E depois avançar-se por aí.

Em abono da verdade, há ali uma questão que não deixa de ser importante, que é, nós, por exemplo, lembramo-nos de como é que estava o Mondego, por exemplo, este verão. Não quer dizer que se repita sempre, mas pode acontecer. E depois tem a ver com a qualidade natural da água. Mas isso está a ser alvo de um protocolo. Há um Centro de Investigação que vai fazer a análise à qualidade da água. Mas há o propósito deste Executivo avançar para esse sentido.

As Bolsas de Estudo por mérito é outra questão. É para avançar para o próximo ano letivo. E, naturalmente, vai favorecer, naturalmente, as populações mais fragilizadas e mais necessitadas. Há uma nuance aqui que nós também falámos nisso, que é um compromisso que assumimos com as Corporações de Bombeiros Voluntários, é que das Bolsas a atribuir seja também uma elencada a cada uma das Corporações para, de alguma forma, também ficar bem patente o que é o reconhecimento do trabalho desenvolvido. E nos Jovens que, além do trabalho que têm na sua atividade letiva e de Escola e nos resultados que alcançam, terem ainda disponibilidade para servir o próximo e, desta forma, reforçar, positivamente, também os Jovens Bombeiros Voluntários do nosso Concelho.

No que concerne ao processo contencioso do Município com as Termas das Caldas da Felgueira já vem detrás. É do conhecimento de toda a gente. Aquilo é um espaço do Município. Há um contrato de arrendamento. E o Município, naturalmente, obriga-se a que esse arrendamento seja pago. Nem pode ser de outra maneira porque, naturalmente, há alguém a usufruir e o Município só tem que zelar para que esse pagamento seja regularizado. Nunca foi feito nenhum. E, portanto, já vem detrás. Identificámo-nos sempre com isso. Já vem de há muitos anos. Isto ainda foi o processo contencioso da Coligação no tempo da Senhora Dr.ª Isaura Pedro quando era Presidente da Câmara. E, portanto, arrasta-se há anos. Há uma questão que transitou em julgado.

A Câmara, obviamente, aí não pode fazer nada. Mas, mesmo que pudesse, também não faria. É uma questão de justiça também. O que não invalida que haja bom senso para resolver o problema. Mas para se dançar a valsa são precisos dois. E a Câmara tem evidenciado vontade em resolver o assunto. Tarda em haver essa questão, para ficarmos com uma ideia, rapidamente, a empresa propôs, primeiro, quase pagar a toda a gente menos à Câmara. No processo de insolvência propôs pagar quase a toda a gente, aos bancos, às seguradoras, a toda a gente. À Câmara, não. Se isto é boa-fé. E, portanto, temos que defender os interesses do Município, até porque somos obrigados a isso, que é um imperativo que nós temos.

Nas ETAR,s da Freguesia de Senhorim, concordo. A Freguesia de Senhorim, acabámos de falar há pouco sobre isso e é a Freguesia que não tem nenhuma ETAR e tem uma quantidade muito significativa de fossas séticas. Podemos também falar de Moreira, particularmente, também que tem questões para resolver. Na Freguesia de Senhorim, o que está em Estudo para ser aplicado e já devia ter sido aplicado, em abono da verdade, é uma ETAR compacta que nós temos, que pode ser aplicada e havia o interesse de ser aplicada também noutros locais porque há locais onde estejam as ETAR,s, mas é preciso fazer reforço. Mas a orientação do Executivo é que essa ETAR, nem que seja, simbolicamente, no intuito de uma prova clara do que nós falámos de coesão, será instalada na Freguesia de Senhorim.

Sobre as lombas, nós já falámos sobre isso, as lombas, há ali umas especificidades dos requisitos da Junta de Freguesia e bem, no que é a construção de uma lomba e não de pintar qualquer coisa no chão. Eu percebo a ideia que está a dizer. Entre não haver nada e pintar no chão. Mas não é essa a ideia. Sim, está a demorar. Concordo. Tem razão. Mas Roma e Pavia não se fizeram num dia.

Rua do Freixieiro, em primeiro, foco também que tenha lá passado e que tenha lá visto a máquina. Dizer-lhe que a máquina está lá não é uma mera coincidência. É o que acontece. Porque é assim: Se a máquina não está lá é porque não está. Se está é porque está. A máquina, no que esteve lá a intervir foi em termos de vala. Há uma intervenção agora em que foi feito isso, que foi nesse sentido que foi solicitada que tem a ver com as águas pluviais e é isso que vai ser lá implementado. Espero que na próxima Assembleia Municipal o Senhor Arlindo venha cá dizer: Finalmente, temos o assunto resolvido.

Do alcatrão de Santar, eu não sei se tem a ver com a Avenida Viscondessa de Taveiro. Há lá uma intervenção que está a ser feita para fazer a reposição do alcatroamento. Há outra reposição na Rua das Adegas que decorre também do que é a implementação das acessibilidades, embora não tenha sido aprovado ainda o projeto, mas é para fazer nesse sentido. E, portanto, isso está a ser feito.

E, naturalmente que há o compromisso com os Senhores Presidentes de Junta. Isto, quando o sol nasce é para todos. E, portanto, o que nós falamos é, não podemos dizer de que temos que falar em coesão territorial e depois fazermos o ato de contrição, batermos com a mão no peito e depois não concretizarmos. Portanto, vamos esperar para ver. Se, eventualmente, nós falharmos cá estaremos para ser julgados,

Só me falta responder ao Senhor Luis Ribeiro e é rapidamente. Como sabe, a responsabilidade dos funerais, ou o que está associado, Estimado Luis Ribeiro, tem a ver também com as empresas. Deixe-me que lhe diga uma coisa: Tudo o que foi pedido à Autarquia, tudo, em termos de Coveiro, foi garantido. Até lhe digo mais: Muito do que é o Serviço de Coveiro, do reforço que foi feito, por vezes é necessário agilizar. Já recorremos, já pedimos as boas graças, por exemplo, da União de Freguesias de Santar/Moreira.

Aproveitamos o ensejo para agradecer ao Senhor Presidente, que disponibilizou, de imediato, ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Carvalhal Redondo/Aguieira também, que, de imediato, também disponibilizou e tem havido esse entendimento em termos de Freguesias. É a primeira vez, também, que estou a falar nisso. Não estou a dizer que não aconteceu. Mas do que é pedido à Câmara nunca aconteceu e sempre disponibilizou. Inclusivé, até com formas de fazer isso.

Para concluir, sobre esta questão, deixe-me que lhe diga que, se calhar, se enveredássemos pela solução de Mangualde, é fácil depois perceber porquê, investigue e posso depois dizer, ou de Seia, se calhar não estaríamos a falar disto e estaria o problema resolvido. É que o input desses é feito pela Agência Funerária que faz e a despesa é imputada a quem é responsável por isso. Não é disso que estamos a falar. Portanto, não é completamente verdade, isso, dizer que foram 3, ou 4 vezes. Não sei quem é que lhe disse, Luis Ribeiro. Mas isso não corresponde ao que temos em termos de solicitações de Câmara.

Ó Luis, não há Coveiros em todas as Freguesias e é natural que haja um Coveiro. Não estou a falar só da Freguesia de Nelas, eu estou a falar do Concelho inteiro. Em todas as Freguesias não há Coveiro. E tem havido uma gestão que me parece correta, de haver mecanismos onde possa ser feito, pronto, esta coesão até em termos de Freguesias.

Ó Luís, eu não posso entrar em pergunta e resposta. Já o esclareci. Portanto, o Luís, se não se importasse, se quiser depois, terei todo o gosto em falar agressivamente sobre isso. Desculpe lá Luís, não podemos é estar aqui a dialogar. Tenha paciência. Eu ouviu-o. Já consegui falar.

Luís, não sei se representa alguém de alguma Agência Funerária. Mas deixe-me que lhe diga que, reitero, solicitações à Câmara que tenham sido declinadas, nenhuma. Portanto, é isso só que eu tenho que lhe dizer.

No que concerne à Estrada do cemitério novo decorre de uma questão que nós já falámos ao Dono de Obra, que é a IP, neste caso ao Empreiteiro, para repor o pavimento e os trabalhos estão todos concentrados e os meios no tabuleiro. Eu gostaria de dizer uma coisa, uma informação que tivemos, mas é melhor não dizermos nada até estar efetivado. Mas, aparentemente, poderá boas novas, brevemente, sobre o assunto. E o que está contratualizado é o nexo causa/efeito. E,

portanto, quem é responsável da deterioração da Av.ª Alberto Vilhena e da Rua do cemitério novo é a IP e o empreiteiro. E, mal esteja concluída a obra do tabuleiro será reposto o pavimento.

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, não havendo mais assuntos a tratar, muito obrigado. Muito boa noite. Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: